



Poder e interesses empresariais nos municípios: consequências da financeirização para a governança urbano-metropolitana brasileira

Autor: Erick Omena

Resumo

A financeirização da economia global e suas múltiplas consequências têm sido cada vez mais discutidas pela literatura especializada, sobretudo após a grande crise de 2007/2008 iniciada nos Estados Unidos. Nesse contexto, a relação entre mercados financeiros e os setores tradicionalmente produtores do espaço urbano se demonstra particularmente relevante para a compreensão dos rumos tomados pelo desenvolvimento das cidades no início do século XXI. Haveria, assim, o surgimento de uma coalizão urbano-imobiliária-financeira, que se torna hegemônica ao direcionar tal desenvolvimento. A presente pesquisa tem por objetivo contribuir para um melhor entendimento dessa coalizão e de seu poder nos municípios, sobretudo de suas variações no território brasileiro. Para tanto, são utilizados métodos quantitativos para a análise de dados relativos a doações eleitorais dos diferentes setores econômicos, disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), de modo a se verificar o grau de influência daqueles setores membros desse “complexo urbano-imobiliário-financeiro” e de seus agentes-chave sobre o sistema político local.

Introdução

Os acelerados processos de globalização e financeirização têm suscitado uma crescente literatura especializada em suas consequências sobre a maneira como as cidades no mundo se desenvolvem (KLINK e SOUZA, 2017). Sobretudo a partir da crise mundial capitalista de 2007/2008 e a identificação de suas causas, particular atenção tem sido devotada às cada vez mais constantes conexões entre os mercados imobiliários e financeiros e suas diversas consequências, incluindo aquelas no âmbito da forma como as cidades são governadas. Nesse contexto, alguns autores apontam para a formação de coalizões público-privadas de poder local dominantes no Brasil, focadas na acumulação urbana e capitaneadas pelo setor da construção, que exerceria um papel articulador central (ROLNIK, 2015; RIBEIRO, 2017). Assim, o presente estudo tem por objetivo fazer uma primeira exploração de dados de doações de campanhas eleitorais, de maneira a investigar em que medida o poder de influência política desses setores se manifesta e indica possíveis protagonistas de coalizões urbanas de poder, bem como suas variações territoriais no Brasil. Com o recorte espaço-temporal restrito às eleições municipais de 2012, a investigação se utilizará de indicadores do grau de influência dos diferentes setores econômicos no financiamento de campanhas, criados pelo próprio autor, baseado na classificação de doadores empresariais através das categorias da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e posterior aferição do volume absoluto e relativo doado por cada categoria. Após a exposição desses dados, será realizado o cruzamento dessas informações com outras variáveis, como PIB municipal e população, de maneira a analisar eventuais correlações. Além disso, os indicadores criados serão devidamente espacializados em diferentes escalas, de modo a melhor ilustrar a expressão territorial da influência da coalizão urbana de poder e de seus principais membros.

O relatório está dividido em três partes. Na primeira delas, serão realizadas algumas considerações teórico-conceituais sobre o tema da financeirização e suas consequências para a governança urbana. Já a segunda parte apresenta os detalhes da exploração empírica realizada de forma a se atingir os objetivos propostos. Isso inclui a elaboração de um panorama geral, tratando das potencialidades e limitações dos dados disponíveis relativos a doações de campanha e à criação de indicadores, seguida de análises quantitativas mais específicas da influência da construção, bem como daqueles subsectores que formariam uma suposta coalizão transversal em torno de objetivos comuns de acumulação urbana. Na última parte são delineadas conclusões preliminares, apontando para desdobramentos como algumas possíveis futuras explorações empíricas e novas hipóteses.

PARTE 1: CONTEXTUALIZANDO O PROBLEMA

Considerações teórico-conceituais sobre os processos de globalização e financeirização e suas consequências

As formas de organização social, econômica e política, em diferentes partes do mundo e escalas, têm passado por transformações particularmente profundas ao longo dos últimos 40 anos. Esse fenômeno é usualmente representado pelo conceito de globalização. Embora sua definição mais precisa seja objeto de inúmeras disputas envolvendo uma ampla gama de disciplinas e autores, poucos negariam a importância da intensificação das relações internacionais, em diferentes níveis, como componente fundamental de sua caracterização (AL-RODHAN e STOUDMANN, 2006).

Dentre os processos e fatores cruciais envolvidos nessa intensificação, destaca-se, primeiramente, do ponto de vista político, a derrocada do ideal keynesiano em favor da ascensão do ideário neoliberal ao poder. As políticas keynesianas, que predominaram sobretudo entre o imediato pós-guerra e meados da década de 1970, privilegiavam a intervenção do Estado na economia como elemento-chave na superação das crises cíclicas capitalistas e na definição dos rumos do desenvolvimento nacional, regional e local. Especialmente nos países capitalistas avançados, essas políticas estiveram alinhadas com a construção de um Estado de bem-estar social, responsável por garantir o atendimento de necessidades básicas da população alheias aos interesses de agentes de mercado por não serem lucrativas.

Por outro lado, as agora predominantes políticas neoliberais reivindicam a diminuição da participação do Estado como agente econômico, cedendo assim espaço para a primazia de instrumentos de mercado na consecução de objetivos sociais. Nesse novo contexto, o Estado de bem-estar social é desmontado e a privatização do patrimônio público é incentivada, enquanto há uma forte pressão das agências internacionais multilaterais sobre os países mais pobres e periféricos no sentido de se impor a liberalização das relações comerciais e o fim das barreiras impostas pelos Estados-nação à circulação de capital e mercadorias no mundo. As políticas neoliberais têm se disseminado pelo mundo desde a década de 1980, embora isso ocorra de forma variada nos diferentes espaços onde aterrissam no que se refere às formas de experimentação regulatória, de transferência interjurisdicional de políticas e de formação de regimes de normas transnacionais (BRENNER, PECK e THEODORE, 2012).

Concomitantemente, do ponto de vista mais estritamente econômico, destaca-se a transição do modo de produção fordista para o modo de produção flexível (HARVEY, 1991). Graças a avanços tecnológicos nos setores de transportes e telecomunicações, plantas industriais antes geograficamente concentradas em cidades situadas nos países capitalistas avançados passaram a se organizar de forma muito mais dispersa e fragmentada, migrando significativas parcelas do processo produtivo para países do chamado “terceiro mundo”, cuja legislação trabalhista e ambiental menos rígida proporcionou o barateamento da mão de obra utilizada e, assim, a otimização do processo de acumulação de capital. A precariedade das condições de trabalho, representada pela superexploração que já era uma realidade histórica nas economias periféricas, passa a ser cada vez mais notada nas economias centrais (LUCÉ, 2017). Ao mesmo tempo, o predomínio da produção industrial altamente padronizada de larga escala e em série dá lugar à produção mais diversificada de bens customizados de acordo com diferentes tipos de consumidores, possibilitando também maior diversificação de estilos de vida e de práticas de consumo cultural e artístico (HARVEY, 1991).

Notadamente, a dispersão das plantas produtivas é acompanhada de um inequívoco crescimento da participação do setor de serviços na economia mundial. Nesse âmbito, a emergência do setor financeiro assume especial importância, sendo interpretada de diferentes maneiras por distintas correntes teóricas, dependendo da visão que cada uma tem sobre o processo de globalização (MARTINS, 2011). Apesar das divergências, as abordagens convergem no reconhecimento do fenômeno da financeirização e de sua relevância para o processo de globalização nas últimas décadas.

Embora não haja um consenso quanto à definição conceitual da financeirização (LAPAVITSAS, 2011), alguns autores têm buscado conceituar esse fenômeno de forma mais abrangente, de maneira a abarcar distintas visões. Para Aalbers (2015), por exemplo, a financeirização seria um processo de crescente predomínio de atores, mercados e práticas financeiras em diferentes escalas, resultando em transformações estruturais de economias, empresas, estados e domicílios.

Assim, há uma tendência a se destacar as mudanças políticas, econômicas e sociais decorrentes do crescente predomínio de lógicas financeirizadas de organização do capitalismo no mundo. Contudo, nem esse processo nem a literatura correlata se desenvolvem de maneira homogênea no espaço e no tempo. Christophers (2015) demonstra como a produção acadêmica sobre o tema cresce de maneira exponencial entre o fim do século XX e o início do século XXI. E Bonicilha (2017) chama atenção para o fato de os EUA e o Reino Unido terem iniciado e concentrado essa produção intelectual, por

conta da manifestação da financeirização ocorrer de forma mais intensa nesses países, ainda que haja uma tendência de alastramento para outras formações sociais e regiões do mundo.

Apesar da intensificação recente e de sua concentração geográfica, pode-se depurar lógicas mais gerais. Aalbers (2015) situa historicamente a financeirização como um momento particular dentro do processo de transferência de capitais entre diferentes setores da economia global – denominado por Harvey (2006) como a prática de “capital switching”. Tal transferência já ocorreu em outros momentos históricos (por exemplo, a reconstrução de Paris capitaneada por Haussman, no século XIX), de maneira a resolver problemas de superacumulação existentes no circuito primário do capital (isto é, nos setores de produção industrial) através do escoamento de novos investimentos para o circuito secundário (isto é, para a produção do ambiente construído na forma de infraestrutura urbana e moradia), que, em momentos de crise capitalista, acaba por oferecer maior capacidade de absorção de capital excedente. Para além do circuito terciário, que abarca setores ligados à reprodução social das condições de acumulação e de trabalho, como saúde, educação, ciência e tecnologia, o circuito quaternário, formado pelos mercados financeiros, estaria atualmente cumprindo essa função de absorção de capitais excedentes oriundos dos demais circuitos com vistas à resolução de crises, antes desempenhada pelo circuito secundário (ALBERES, 2015). Uma das principais vias de relação entre o circuito secundário e quaternário se dá através do mecanismo da securitização, que passa a permitir a negociação de mercadorias sem liquidez (como imóveis e obras de infraestrutura) nos mercados financeiros globais, de alta volatilidade (BONICENHA, 2017).

Essas considerações sobre o fenômeno da financeirização, e de sua inserção nos processos de globalização e neoliberalização, suscitam questões inevitáveis referentes às suas implicações sobre a produção do espaço urbano. Em uma das formulações mais famosas acerca do tema, Saskia Sassen (1991, 2001) identifica a constituição de uma geografia própria da globalização, marcada por ambas as dinâmicas de centralização e de dispersão. Se, por um lado, ocorre a dispersão espacial das atividades econômicas, em diferentes escalas, por outro lado, tal processo demanda uma nova centralização territorial para se controlar os novos fluxos daí derivados. Assim, as chamadas cidades globais seriam os nós controladores desses processos de dispersão, representadas pelos principais centros financeiros e de negócios do mundo – grupo onde se inclui Nova Iorque, Hong Kong, Londres, Tóquio, Paris, Frankfurt, Zurich, Bangkok, Cidade do México e São Paulo. Esses centros urbanos tendem a concentrar serviços financeiros específicos, desempenhando de forma única papéis de comando dentro da rede global de cidades. Por sua vez, tal função demandaria tanto empregos gerenciais ocupados por força de trabalho

altamente qualificada quanto substanciais contingentes de trabalhadores não qualificados e sub-remunerados, criando assim uma organização intraurbana particularmente polarizada.

O conceito de cidades globais, entretanto, foi alvo de diversas críticas. Alguns autores reivindicam que, embora a abordagem de Sassen e de seus adeptos tenha suscitado o debate acerca das relações entre globalização, financeirização e a produção do urbano, sua referência original na experiência de cidades do chamado “Norte Global” limitaria seu escopo de aplicação, deixando de fora a imensa maioria das cidades do “Sul Global”, vistas como menos importantes para os esforços de teorização (ROBINSON, 2002; WATSON, 2007; PARNELL e ROBINSON, 2012). Outros afirmam que nem mesmo a complexidade das ditas cidades globais do “Sul Global” é de fato contemplada de maneira adequada.

Whitaker (2003), por exemplo, analisa o caso de São Paulo à luz do conceito de cidade global. Ele critica a normatividade dessa abordagem, que sugere um único modelo a ser incorporado pelas cidades calcado no incentivo à terceirização avançada da economia e aos investimentos imobiliários voltados à construção de escritórios de negócios de alto padrão. O autor demonstra também que a capital paulista não apresenta os atributos típicos da cidade global, pois não participa da rota dos grandes fluxos da economia mundial, não passa pelos processos de desindustrialização estrutural e não apresenta uma sobreposição do setor “terciário avançado” – isto é, dos bancos, seguradoras e instituições financeiras – sobre os demais setores da economia, pelo menos não nas mesmas proporções dos processos ocorridos nas cidades dos países desenvolvidos. Dessa forma, o discurso que classifica São Paulo como cidade global estaria descolado da realidade, desempenhando mais a função ideológica de legitimação das demandas do setor imobiliário e de seus empreendimentos junto à esfera pública e aos representantes governamentais.

Entretanto, embora Whitaker negue a suposta avançada internacionalização dos investimentos imobiliários na cidade, ele admite que já havia um processo de financeirização do setor em curso no fim do século XX, ainda que de forma restrita à ação de alguns tipos de agentes. A história por ele construída dos empreendimentos comerciais demonstra esse fato, conforme explicitado abaixo.

Até o início dos anos 1980, a maior parte das incorporações era proveniente de pessoas físicas e de empresas de outros setores, cujo objetivo era diversificar seus investimentos através do mercado imobiliário. A partir de meados daquela década, a crise econômica inflacionária e a consequente insolvabilidade dos investidores combinada ao enorme e rápido crescimento do patrimônio dos fundos de pensão nas décadas anteriores, faz com que haja uma volumosa entrada de recursos desses fundos no setor. Já a partir do fim da mesma década, há uma forte retirada dos investimentos dos fundos de pensão, graças a

mudanças regulatórias, que reduziram para 20% o percentual máximo de investimentos desses fundos no mercado imobiliário em relação ao seu total. Com isso, os investimentos imobiliários comerciais na cidade passam a acontecer por meio dos então criados Fundos de Investimento Imobiliário e títulos mobiliários de base imobiliária, que dispensavam o nome do investidor na escritura dos imóveis e permitiam a remessa de lucros para o exterior com o intuito de incentivar a atividade de incorporações imobiliárias internacionais financeirizadas. Porém, essa abertura foi muito mais utilizada pelo capital especulativo internacional nas bolsas de valores do país, sem de fato chegar a sua transformação efetiva em investimentos imobiliários. Por conta do mero efeito de “fachada” dessa internacionalização, em 1998, o governo brasileiro alterou a regulamentação dos fundos imobiliários, diminuindo suas atividades e, portanto, causando o retorno do setor à preponderância dos investimentos de pessoas físicas e empresas nacionais. Whitaker destaca o fato de apenas os fundos de pensão terem realizado investimentos efetivos nas tentativas de financeirização do setor, com a maior parte dos agentes do mercado financeiro e bancário alheios a esse processo. Além disso, “os grandes grupos de pensão atuantes no financiamento daqueles edifícios (e não na sua incorporação, vale notar) na passagem dos anos 80 para os 90, são todos brasileiros e, em grande medida, estatais” (WHITAKER, 2003, p. 231).

Fix (2011) parcialmente corrobora esse diagnóstico sobre o mercado imobiliário paulista e brasileiro, ao concluir, após meticuloso exame do histórico da estrutura societária das empresas de incorporação imobiliária, que “o setor é difícil de ser inteiramente capturado por capital internacional”, pois “os conhecimentos locais, a pressão sobre o poder público (Executivo, Legislativo e Judiciário), a falta de articulação com a economia mundial, a pouca proximidade entre os mercados de capitais e o mercado imobiliário são alguns dos fatores que dificultam a metamorfose completa” (p.150). Assim, haveria maior dificuldade de internacionalização do setor imobiliário, sobretudo quando comparado com outros setores. Entretanto, Fix também identifica um avanço na abertura de capitais das empresas do setor, com 17 delas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo e uma na Bolsa de Nova Iorque, e na elaboração de instrumentos visando o aprofundamento da financeirização do setor no início do século XXI, o que estaria abrindo novas portas para a entrada de investidores estrangeiros.

Para a autora, uma das estratégias utilizadas pelos defensores da financeirização é a de voltar a atrair os fundos de pensão, uma vez que estes centralizam recursos próximos a R\$ 502 bilhões, equivalente a 17% do PIB brasileiro. Nesse sentido, nova regulamentação passou a liberar os fundos de pensão a investirem até 100% do seu patrimônio em imóveis, através do mercado de capitais. Além disso, o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), criado

em 1997, busca captar fundos em um mercado secundário de títulos de créditos e recebíveis imobiliários¹. De modo a viabilizar a conexão entre o setor imobiliário e o mercado de capitais, o SFI criou instrumentos como os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), as Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI) e as Letras de Crédito Imobiliário (LCI). Os CRI, por exemplo, agrupam e convertem créditos imobiliários em títulos imobiliários, passíveis de negociação no mercado financeiro e de capitais.

Outro novo instrumento com mesmo objetivo é o Certificado de Potencial Construtivo Adicional (CEPAC), criado pelo Estatuto das Cidades, de 2001, implementado primeiramente pela Prefeitura de São Paulo, em 2004, e posteriormente utilizado pelo projeto de revitalização urbana Porto Maravilha, no Rio de Janeiro, no fim dos anos 2000. Emitido pelo poder municipal na forma de um determinado volume de metros quadrados, esse certificado permite ao seu detentor construir além dos limites originalmente impostos pela legislação de uso do solo. Uma vez leiloados, os CEPACs também podem ser negociados nas bolsas de valores. Assim, “qualquer um pode adquirir esses títulos, para utilizar diretamente em um empreendimento, ou para tentar obter ganhos no mercado secundário, retendo-os até que a região se valorize mais, por exemplo”. Para Fix, ao vincular ativos de renda variável à valorização dos espaços urbanos, “cria-se a possibilidade de um novo tipo de especulação imobiliária financeirizada, com os investimentos feitos segundo os parâmetros e as expectativas próprios de uma lógica de valorização de tipo financeiro” (FIX, 2011, p. 182-183).

As consequências para a governança urbana e a formação de um complexo urbano-imobiliário-financeiro

Tais tendências mais recentes de aproximação entre renda, juros e ganhos oriundos dos mercados de terra e imóveis fez com que alguns autores identificassem a consolidação de um “circuito financeiro-imobiliário” (RIBEIRO, 2017), resultando na formação de um “complexo imobiliário-financeiro” (ROLNIK, 2015). Inspirado pela ideia de complexo militar-industrial, esse último conceito foi originalmente proposto por Aalbers com o intuito de chamar a atenção para as conexões político-econômicas entre o mercado imobiliário, as finanças e o Estado na economia global. Assim, Aalbers pretende mais precisamente investigar em que medida o recente crescimento dos setores imobiliário e financeiro ocorre em detrimento de outros setores econômicos e como esse processo se diferencia geograficamente².

¹ De acordo com Fix (2011), ele se difere do Sistema Financeiro de Habitação, que é voltado especificamente para o financiamento de habitação social e tem origem de recursos restrita ao Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

² Para mais detalhes sobre a investigação proposta por Aalbers, ver <https://ees.kuleuven.be/geography/projects/refcom/project/index.html>

Para Rolnik (2015), no âmbito nacional, a formação desse complexo teria como consequência transformações na governança urbana das principais cidades brasileiras (ROLNIK, 2015). Isto se dá através de uma confluência de interesses entre operadores do mercado financeiro, incorporadoras imobiliárias, empresas de construção e representantes do setor público. Por um lado, a valorização dos ativos financeiros vinculados ao mercado imobiliário depende da própria expectativa de valorização do solo em dado local. Essa expectativa, por sua vez, aumenta na medida em que haja investimentos públicos na região no sentido de se fornecer infraestrutura adequada ao desenvolvimento do empreendimento financiado por títulos financeiros. E a conversão desses investimentos públicos em infraestrutura urbana é realizada por empresas de construção civil.

Ocorre, portanto, uma convergência formadora de uma coalizão composta por esses agentes, que exerce hegemonia política e cultural nas cidades brasileiras (ROLNIK, 2015). Ribeiro (2017), valendo-se do conceito de “sagrada aliança” elaborado por Lessa e Dain, identifica uma poderosa coalizão “de interesses dominantes fundados nos circuitos econômicos que organizam a acumulação urbana no Brasil – capital imobiliário, capital de concessões de serviços coletivos, capital empreiteiro – com vigência local e que nos últimos anos alcançou presença importante no bloco nacional de poder” (RIBEIRO, 2017, p. 40), portanto acrescentando outros atores importantes, para além daqueles mais restritos aos setores da construção e do mercado imobiliário. Parece-nos mais adequado, de fato, falar em acumulação urbana, o que aponta para o potencial de envolvimento de setores como o de concessão de serviços coletivos neste complexo. Entendemos que seria mais condizente, portanto, redefinir esta denominação, ampliando as possibilidades de formação dessas coalizões ao focar na provável confluência de interesses entre setores econômicos diretamente ligados à acumulação urbana e o mercado financeiro, de maneira a melhor captar o potencial de abrangência dessas coalizões de poder. Mais do que um complexo imobiliário-financeiro, este seria um complexo urbano-imobiliário-financeiro.

Conforme salientado por Jessop (2016), a atuação de um bloco hegemônico, isto é, de uma aliança duradoura entre frações de classe que comanda os rumos do desenvolvimento em uma dada formação social, geralmente se dá através da liderança de uma dessas frações sobre as demais, assumindo o protagonismo na defesa do conjunto de interesses envolvidos perante a sociedade. Em sua análise, Rolnik (2015) identifica as empreiteiras brasileiras como representantes dessa fração líder, em função de sua longa atuação junto ao poder público no Brasil. Para além do aspecto ideológico, tal liderança se reflete de forma bastante concreta através de mecanismos bem articulados que se retroalimentam, com os financiamentos de campanha eleitoral assumindo o papel de elo central de ligação. De acordo com a autora,

para as empreiteiras, as doações funcionam como uma espécie de ‘seguro’, garantindo que serão contratadas pelo novo governo e pagas dentro dos prazos se tiverem contratos em andamento. Para os políticos envolvidos, trata-se de uma ‘retribuição’ pelo apoio recebido. Em contrapartida, a continuidade da relação depende das margens de lucro obtidas nas obras, sobrelucro que ‘paga’ seu investimento na manutenção das articulações políticas (...) No limite, esta articulação possibilita que as grandes e superempreiteiras não apenas redirecionem o orçamento público – inclusive através de lobbies nos legislativos -, mas também formulem os projetos de infraestrutura que irão executar, ‘vendendo-os’ para seus potenciais clientes, ou seja, os governos e empresas estatais (...) Fecha-se, assim, o círculo: as ‘avenidas imobiliárias’ [articuladas pelas incorporadoras que captam recursos no mercado financeiro] financiam o custo das obras propostas pelas empreiteiras, abrindo simultaneamente novas frentes para a extração de renda e alimentando a máquina de financiamento das campanhas (ROLNIK, 2015, p. 277-278).

Os trabalhos de Rolnik e de Ribeiro, baseados nas pesquisas anteriormente desenvolvidas por Fix e Whitaker, são parte dos recentes esforços investigativos que buscam a melhor compreensão das implicações da financeirização da economia global sobre a governança urbana das cidades brasileiras. Eles fornecem bases para o avanço na identificação das implicações resultantes das recentes imbricações entre mercado financeiro, mercado imobiliário e setores ligados à acumulação urbana em geral, bem como do protagonismo assumido pelo setor da construção na articulação dos diferentes interesses presentes na coalizão envolvendo empreiteiras, incorporadoras, fundos de investimento, concessionários de serviços coletivos urbanos e representantes do poder público.

Contudo, ainda há uma série de questões em aberto. Em primeiro lugar, tendo em vista que a globalização e a financeirização não se dão de forma homogênea no território – conforme demonstra Whitaker(2003) ao verificar a maior validade de aplicação de conceitos como cidade global em cidades do “Norte Global” do que nas metrópoles periféricas e as observações de Brenner, Theodore e Peck (2012) sobre as variações territoriais do processo de neoliberalização –, vale indagar em que medida a influência do setor financeiro e a formação do complexo urbano-imobiliário-financeiro ocorre em outras cidades brasileiras, para além dos casos usualmente estudados de São Paulo e, em menor grau, Rio de Janeiro? Quais seriam as variações territoriais nesse sentido? E pode-se afirmar que de fato há uma predominância hegemônica dos agentes elencados acima frente aos demais setores da economia, tanto nas metrópoles já estudadas quanto naquelas ainda sem investigação?

A busca por respostas a essas perguntas deve trazer novidades importantes para a teorização das recentes transformações pelas quais as cidades estão passando, em

especial se desejamos ampliar o escopo das considerações acerca dessas mudanças para além da maior metrópole do país.

PARTE 2: EXPLORAÇÕES EMPÍRICAS

Dados de financiamento de campanha como indicativos de poder político-econômico local

Considerando que a constatação de Rolnik (2015) e Ribeiro (2017) sobre a centralidade dos mecanismos de financiamento de campanha para a articulação dos interesses hegemônicos do complexo urbano-imobiliário-financeiro esteja correta, é plausível supor que o volume de doações realizadas em eleições pelos seus setores formadores irá refletir esse domínio perante os demais grupos econômicos. Buscando respostas para as perguntas elencadas acima, de maneira a entender se de fato o complexo urbano-imobiliário-financeiro se apresenta como uma força hegemônica nas metrópoles brasileiras e se há grandes variações territoriais quanto ao grau de seu suposto predomínio sobre os demais setores da economia, apresenta-se abaixo uma exploração empírica detalhada de dados relativos à participação de diferentes setores nas campanhas eleitorais municipais. Espera-se que tal exercício exploratório traga novos elementos de reflexão acerca das relações entre setores econômicos e o aparato político institucional através das eleições.

Os métodos utilizados para a consecução dos objetivos propostos são de natureza quantitativa. A investigação foi desenvolvida sobretudo com base no repositório de dados relacionados a financiamento de campanhas municipais, uma vez que esta é a instância administrativa que constitucionalmente têm a prerrogativa de decisões acerca da utilização do solo, além de deter o controle de diversos serviços coletivos urbanos – aspecto fundamental para a articulação das coalizões locais estudadas. No entanto, espera-se que, em outro momento, as bases relativas às doações em nível federal e estadual também sejam utilizadas, com o intuito de se complementar e complexificar o estudo exploratório aqui desenvolvido.

Neste primeiro momento, o recorte temporal estará restrito às eleições municipais de 2012. Isto se justifica em função de algumas peculiaridades. Em primeiro lugar, a campanha municipal eleitoral de 2012 foi a última a acontecer antes de importante alteração legislativa, isto é, a Lei nº 13.165/2015. Esta lei passou a proibir doações realizadas por pessoas jurídicas, que eram permitidas desde a promulgação da Lei n. 8.713, de 1993. Além disso, dentre as eleições realizadas no período 1993-2015, a de 2012 é sem dúvida a que conta

com dados mais amplamente publicizados. Isto porque o Tribunal Superior Eleitoral, responsável pela organização de eleições no país, vem aumentando, a cada eleição, o grau de transparência dos dados eleitorais (DOS SANTOS, 2016). Apesar disso, espera-se que em breve a análise aqui apresentada possa ser estendida para as eleições anteriores e posteriores.

As planilhas contendo os dados citados³ trazem informações fundamentais para a pesquisa proposta, como o CNPJ/CPF dos doadores e valores por eles doados. A partir de cruzamento dessas informações com as atividades econômicas presentes no cadastro disponibilizado pela Receita Federal⁴, é possível classificar os setores doadores de acordo com a CNAE do IBGE. A CNAE se estrutura a partir da divisão das atividades econômicas em grandes setores econômicos⁵, descritos abaixo:

A – agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura;

B – indústrias extrativas;

C – indústrias de transformação;

D – eletricidade e gás;

E – água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação;

F – construção;

G – comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas;

H – transporte, armazenagem e correio;

I – alojamento e alimentação;

J – informação e comunicação;

K – atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados;

L – atividades imobiliárias;

M – atividades profissionais, científicas e técnicas;

N – atividades administrativas e serviços complementares;

³ A base de dados do TSE relativa a doações de campanha está disponibilizada neste link: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>

⁴ Disponíveis para todos os cpf/cnpj no seguinte link: http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp

⁵ Para mais detalhes sobre as divisões e subdivisões da classificação, ver: <https://cnae.ibge.gov.br/classificacoes/download-concla.html>

O – administração pública, defesa e seguridade social;

P – educação;

Q – saúde humana e serviços sociais;

R – artes, cultura, esporte e recreação;

S – outras atividades de serviços;

T – serviços domésticos;

U – organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.

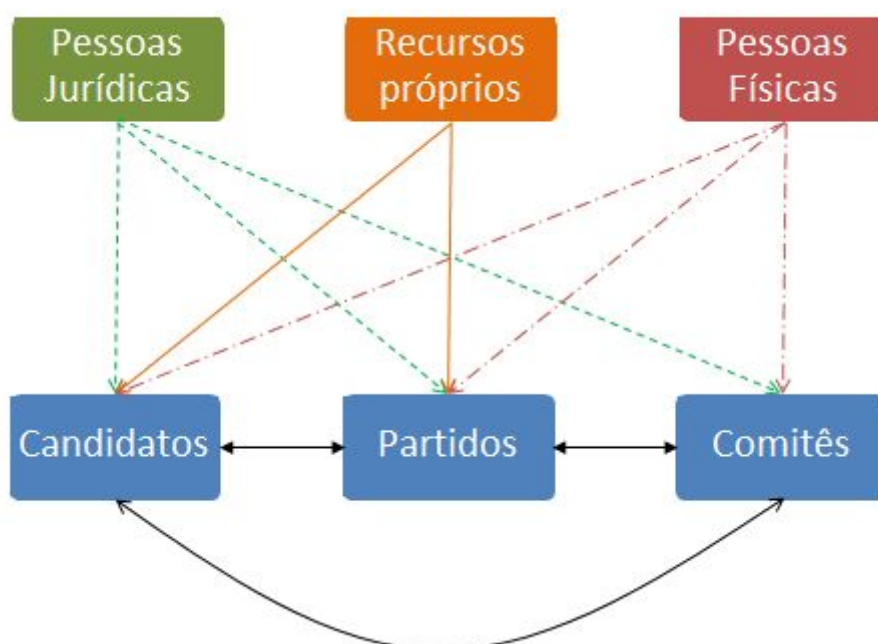
Assim, após o procedimento exposto acima, cuja aplicação já havia sido realizada por outros autores (DOS SANTOS, 2016), foram comparadas as contribuições relativas de diferentes setores em cada município, de forma a se constatar a participação percentual de cada setor.

A partir desse método foi possível criar um indicador de influência econômica dos diferentes setores sobre o sistema político local, dividindo-o em cinco níveis: nenhuma, baixa, média, alta e muito alta, determinados de acordo com o percentual de participação de cada setor nas doações das eleições de cada município. A determinação dos valores de corte para cada nível, por sua vez, foi definida da seguinte forma:

- **nenhuma influência:** a participação do setor analisado nas doações de campanha eleitoral do município é de 0 %;
- **baixa influência:** a participação do setor analisado nas doações de campanha eleitoral do município é maior que 0% e menor que 25%;
- **média influência:** a participação do setor analisado nas doações de campanha eleitoral do município está entre 25% e 50%;
- **alta influência:** a participação do setor analisado nas doações de campanha eleitoral do município está entre 50% e 75%;
- **muito alta influência:** a participação do setor analisado nas doações de campanha eleitoral do município está entre 75% e 100%.

Características gerais das eleições municipais de 2012

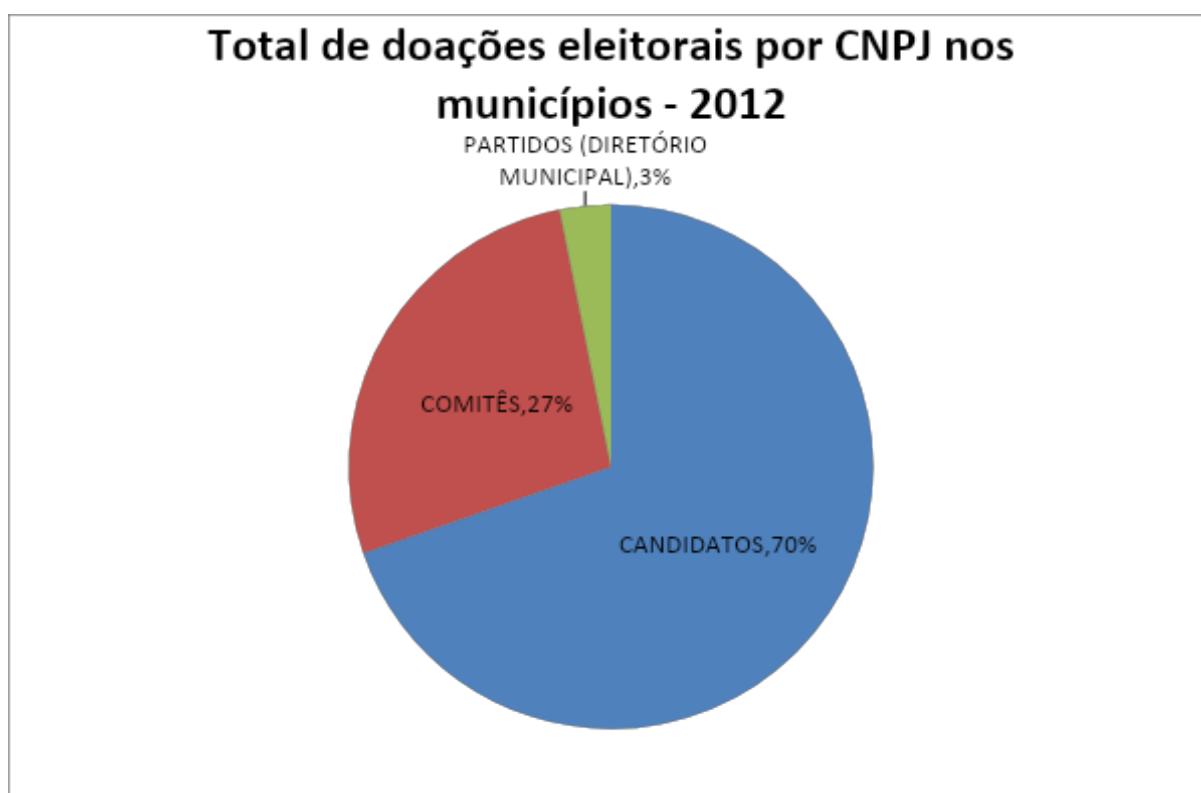
Entre 1994 e 2014, o financiamento de campanhas eleitorais contava com três grandes fontes: pessoas jurídicas, pessoas físicas e recursos próprios dos candidatos. Por outro lado, as doações dessas fontes tinham três possibilidades de destinatários imediatos: os partidos, os candidatos e os comitês eleitorais, criados pelos partidos para arrecadar recursos especificamente para cada eleição. Entretanto, é importante ressaltar que, uma vez recebida a primeira doação, esta poderia sempre ser repassada para outros potenciais destinatários. Por exemplo, um candidato poderia receber uma doação de uma pessoa física ou jurídica e redirecionar o total ou parte desse montante para outro candidato, ou mesmo para um comitê eleitoral de campanha ou, ainda, para o seu próprio partido. Partidos e comitês de campanha também poderiam adotar o mesmo procedimento de repasse. As possibilidades de financiamento e repasses são ilustradas pelo gráfico abaixo.



Tendo em vista que o objetivo é de compreender a participação dos diferentes setores econômicos no financiamento de campanhas, foram somente consideradas aquelas doações realizadas por pessoas jurídicas. Para tanto, estas foram primeiramente identificadas e selecionadas nos três arquivos disponibilizados pelo TSE, respectivamente relacionados às doações recebidas por candidatos, por partidos e por comitês eleitorais em 2012. Além disso, de forma a se evitar contagem dupla, foram também selecionadas somente as doações diretas, ou seja, as transferências realizadas de empresas para candidatos, partidos e comitês, desconsiderando os repasses posteriores. Por último, foram

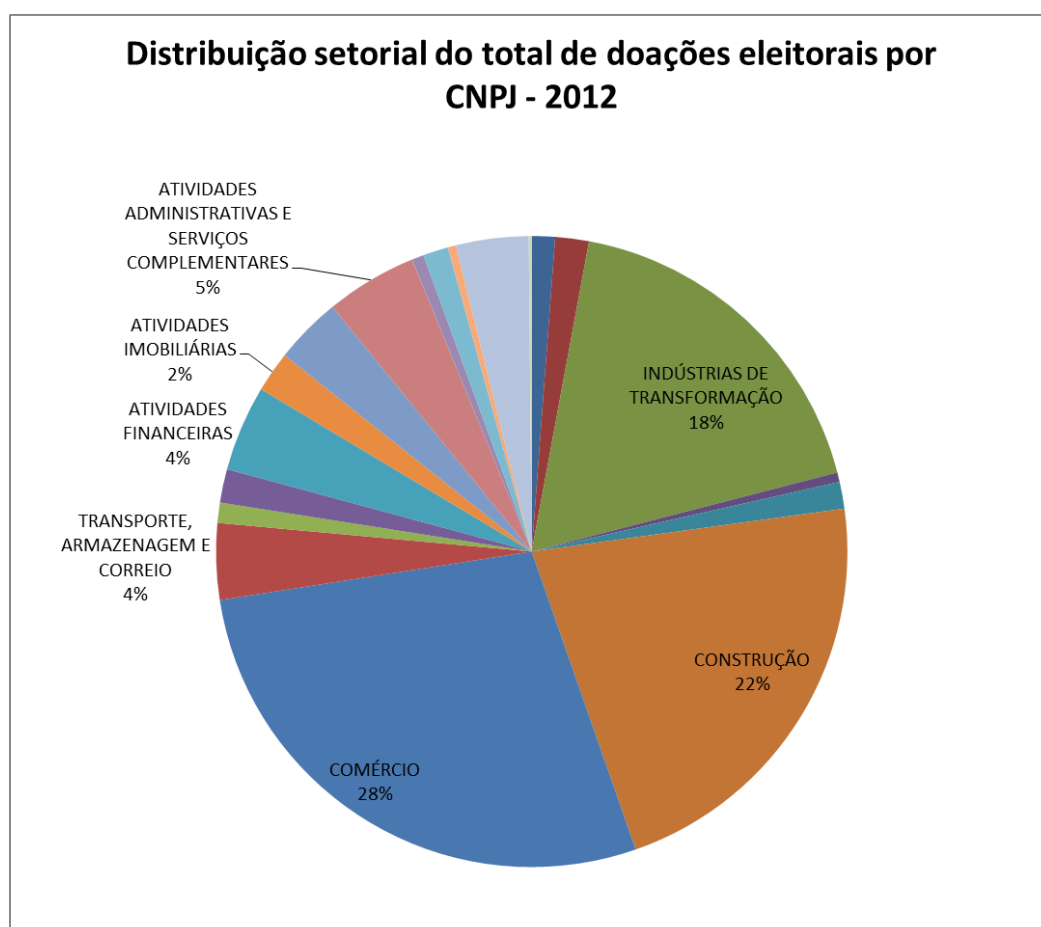
consideradas somente aquelas doações realizadas diretamente no nível municipal. Isto porque parte dos recursos poderiam ser enviados aos diretórios nacionais ou estaduais dos partidos, para além dos municipais. Nesses casos, os diretórios nacionais ou estaduais posteriormente efetuaram repasses ao nível municipal, seja para candidatos, comitês ou ao próprio diretório local. Como resultado desse procedimento, formou-se um banco de dados agregando o total de doações realizadas por CNPJ em 2012.

Assim, considerando esse universo de doações diretas feitas por pessoas jurídicas no nível municipal para todos os cargos do Executivo e do Legislativo, temos um montante de R\$ 936,7 milhões. Naquele pleito de 2012, mais de dois terços desse montante foram recebidos por candidatos, enquanto pouco mais de um quarto foi destinado aos comitês de campanha, conforme demonstrado abaixo.



Quanto à distribuição setorial, percebe-se um claro predomínio dos setores do comércio, da construção e das indústrias de transformação, que juntos responderam por mais de dois terços do total de doações realizadas por CNPJ, conforme demonstrado no gráfico abaixo. Embora com uma participação bem mais reduzida, vale mencionar também setores como o de atividades administrativas e serviços complementares, de atividades financeiras e de transportes, armazenagem e correios, por conta de suas contribuições não desprezíveis, que juntas somam 13% do total. Assim, nesse primeiro panorama geral, já se pode perceber a importância de setores a princípio identificados como membros da coalizão

formadora do complexo urbano-imobiliário-financeiro (construção, atividades financeiras, transporte, armazenagem e correios), ainda que também seja bastante expressiva a contribuição de outros setores a princípio não pertencentes a tal coalizão, em especial o comércio e indústrias de transformação. Fica também evidente a disparidade de magnitude da participação em financiamento de campanhas entre os grandes setores supostamente formadores daquela coalizão, com a construção desempenhando um papel muito mais central de pressão econômica sobre o sistema político-eleitoral local do que o setor de atividades financeiras e de transportes, armazenagem e correios. Isto indica um envolvimento bem mais tímido de agentes financeiros no financiamento de campanhas do que aquele notado por parte de agentes do setor da construção.



A participação dos setores, contudo, está longe de se dar de forma homogênea no território brasileiro. A próxima seção se dedicará mais precisamente a investigar como se dá essa variação no que se refere ao setor da construção. Isto porque, primeiramente, conforme visto acima, a literatura especializada identifica esse setor como agente-chave da fração hegemônica do bloco no poder, que tenderia a liderar sobretudo as coalizões de poder no âmbito local. Além disso, o panorama geral da participação setorial nas eleições municipais

de 2012 visto acima tende a corroborar o protagonismo da construção apontado pela literatura, merecendo, portanto, maior aprofundamento.

A influência político-eleitoral do setor da construção nos municípios brasileiros

De imediato, verifica-se uma expressiva correlação não linear entre o nível de contribuição da construção para o financiamento eleitoral e o porte populacional e econômico dos municípios. Percebe-se que quanto maior a população e o PIB do município, maior tende a ser a participação relativa do setor da construção.

Tais afirmações estão baseadas, dentre várias outras explorações empíricas, na aferição do coeficiente de correlação de Spearman entre a população municipal e a participação do setor da construção no total de doações de cada município brasileiro. Para as eleições de 2012, essa medida é equivalente a 0,414, indicando assim uma bastante significativa correlação não linear positiva entre essas duas variáveis. Resultado semelhante foi obtido através da medição de um coeficiente de Kendall de 0,313, indicando mais uma vez correlação positiva não linear moderada entre essas duas variáveis⁶, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Correlations

			Participação das Doações da Construção no Município	População 2012	
Kendall's tau_b	Participação das Doações Construção Município	das doações no Município	Correlation Coefficient	1,000	,313**
			Sig. (2-tailed)	.	,000
			N	5568	5568
	População2012		Correlation Coefficient	,313**	1,000
			Sig. (2-tailed)	,000	.
			N	5568	5568
Spearman's rho	Participação das Doações Construção Município	das doações no Município	Correlation Coefficient	1,000	,414**
			Sig. (2-tailed)	.	,000
			N	5568	5568

⁶ Os valores dos coeficientes de Spearman e Kendall são medidas de correlação não paramétricas entre universos distintos de dados, que variam entre -1 e 1. Valores positivos indicam associações positivas e valores negativos demonstram associações negativas. Quanto mais próximo de 0 for o resultado, menor é a correlação aferida.

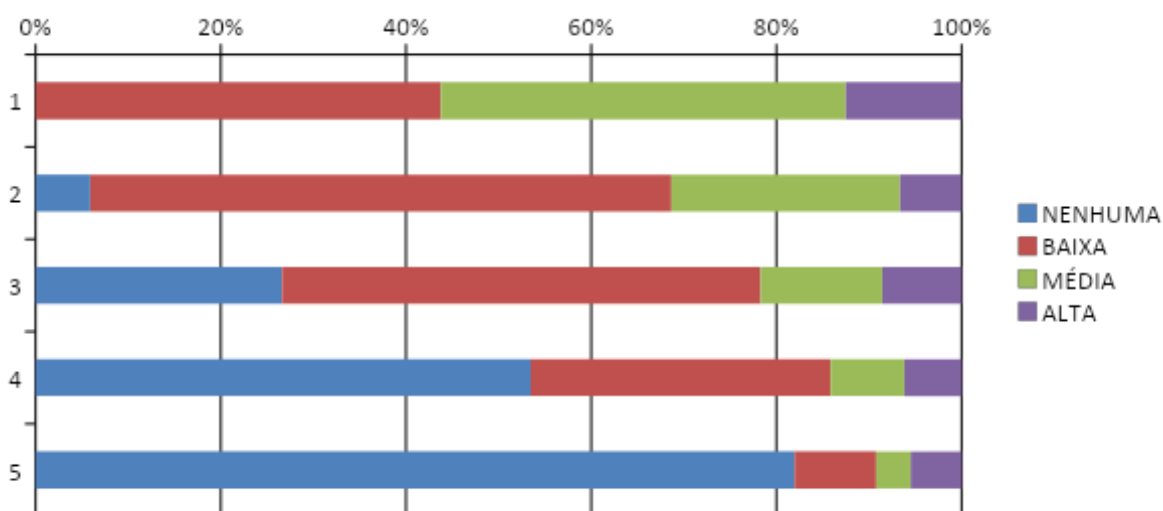
População2012	Correlation Coefficient	,414**	1,000
	Sig. (2-tailed)	,000	.
	N	5568	5568

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Essas correlações também se expressam nos resultados da aplicação do indicador de influência econômica do setor da construção sobre os sistemas político-eleitorais locais, cujo procedimento de elaboração foi mencionado anteriormente acima⁷. Analisando o gráfico abaixo, pode-se perceber, por exemplo, que mais de 80% dos municípios brasileiros com menos de 20 mil habitantes registraram nenhuma influência de empresas ligadas à construção. Contudo, esse percentual cai para algo próximo de 50% quando se considera o universo dos municípios que possuem população entre 20 e 50 mil habitantes. Tal redução se acentua ainda mais à medida que se analisam municípios de maior porte. Assim, menos de 10% dos municípios com população entre 100 e 900 mil habitantes não registraram qualquer doação do setor da construção. Por outro lado, todos os municípios com mais de 900 mil habitantes registraram alguma contribuição do setor. Tendência no mesmo sentido é assinalada quando o foco reside sobre municípios classificados como tendo uma participação média ou alta do setor da construção nas suas respectivas doações de campanha (ou seja, com doações acima de 25 % do total no município), que também aparecem de forma mais relativamente expressiva à medida que o porte dos municípios aumenta.

⁷ Vale, ainda assim, lembrar que a criação desse indicador ocorre através da verificação do grau de contribuição de um dado setor para o total de doações eleitorais realizadas em cada município brasileiro, classificando-os em quatro categorias de influência: nenhuma, baixa, média e alta/muito alta.

Participação das Doações do Setor da Construção X Tamanho dos Municípios (2012)



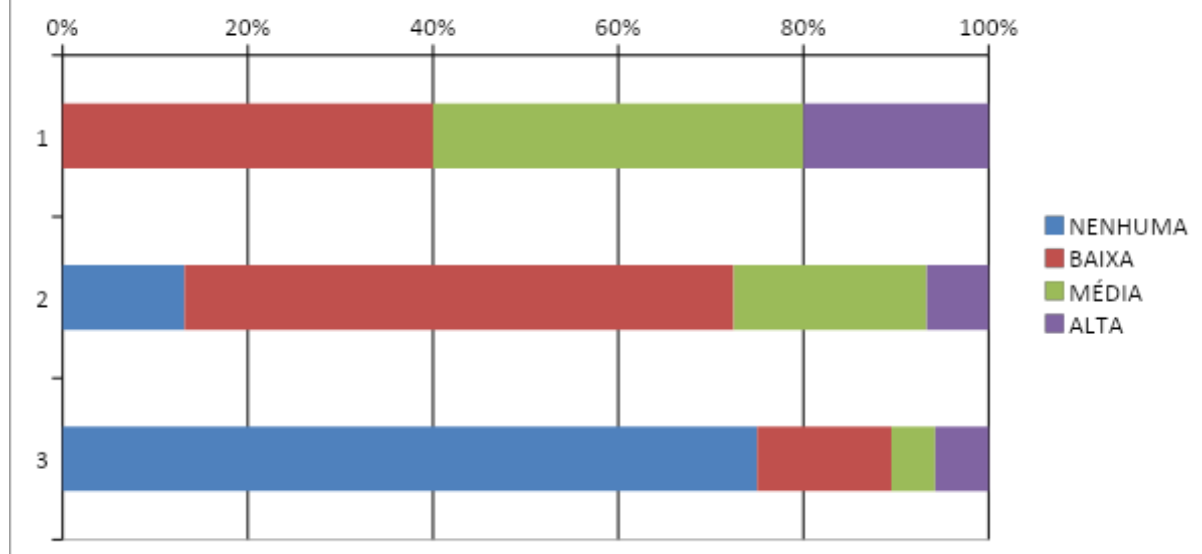
Correlações bastante semelhantes são observadas entre as variáveis PIB Municipal 2012 e participação do setor da construção nas doações de campanha eleitoral em 2012, conforme ilustrado pela tabela e gráfico abaixo.

Correlations

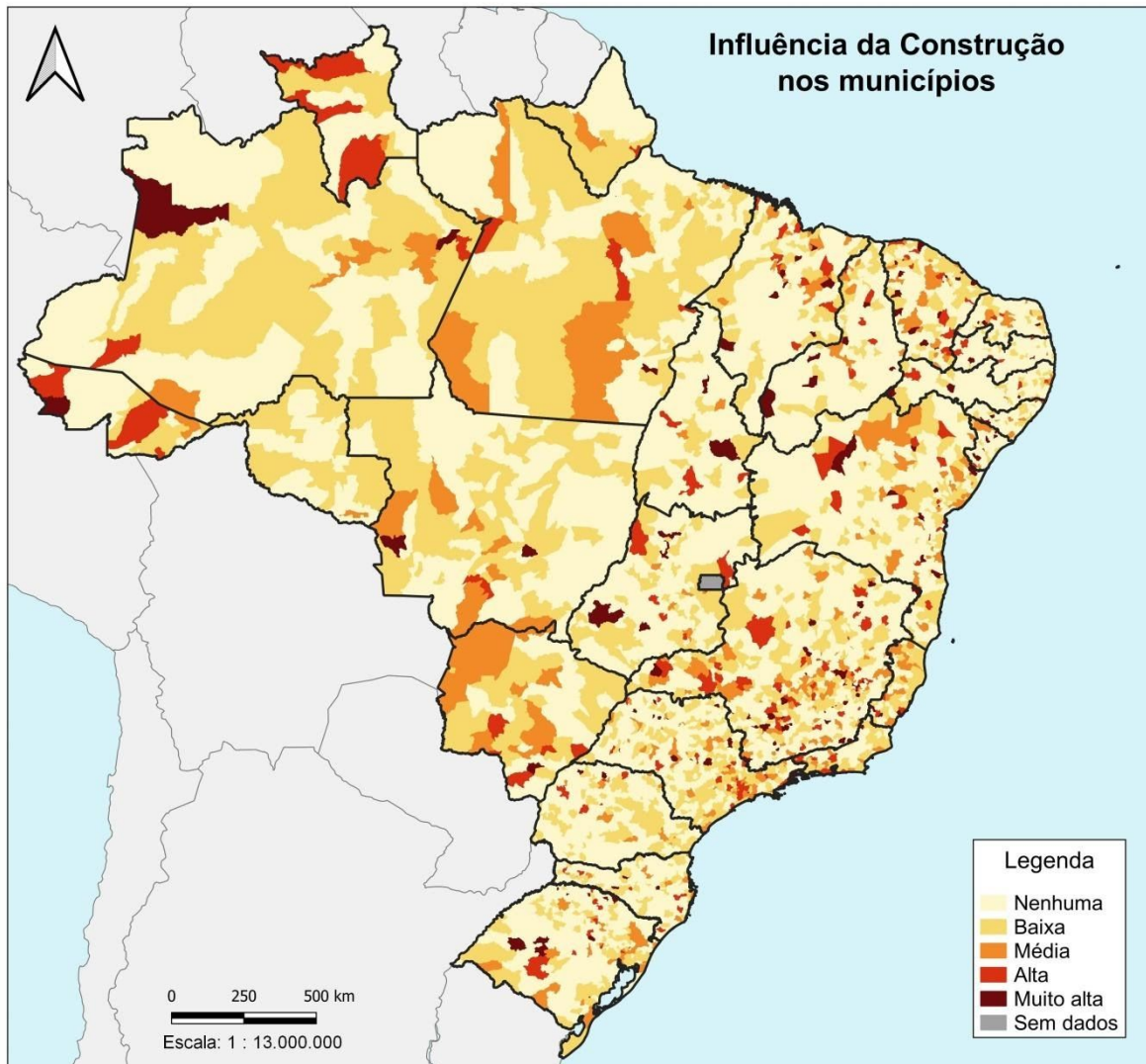
			Participação das Doações da Construção no Município	PIB2012
Kendall's tau_b	Participação das Doações da Construção Município PIB2012	Correlation	1,000	,293**
		Coefficient	.	,000
		Sig. (2-tailed)	5568	5568
		N	5568	5568
Spearman's rho	Participação das Doações da Construção Município PIB2012	Correlation	1,000	,385**
		Coefficient	.	,000
		Sig. (2-tailed)	5568	5568
		N	5568	5568
		Correlation	,293**	1,000
		Coefficient	,000	.
		Sig. (2-tailed)	5568	5568
		N	5568	5568
		Correlation	,385**	1,000
		Coefficient	,000	.
		Sig. (2-tailed)	5568	5568
		N	5568	5568

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Participação das Doações do Setor da Construção X Porte Econômico dos Municípios (2012)

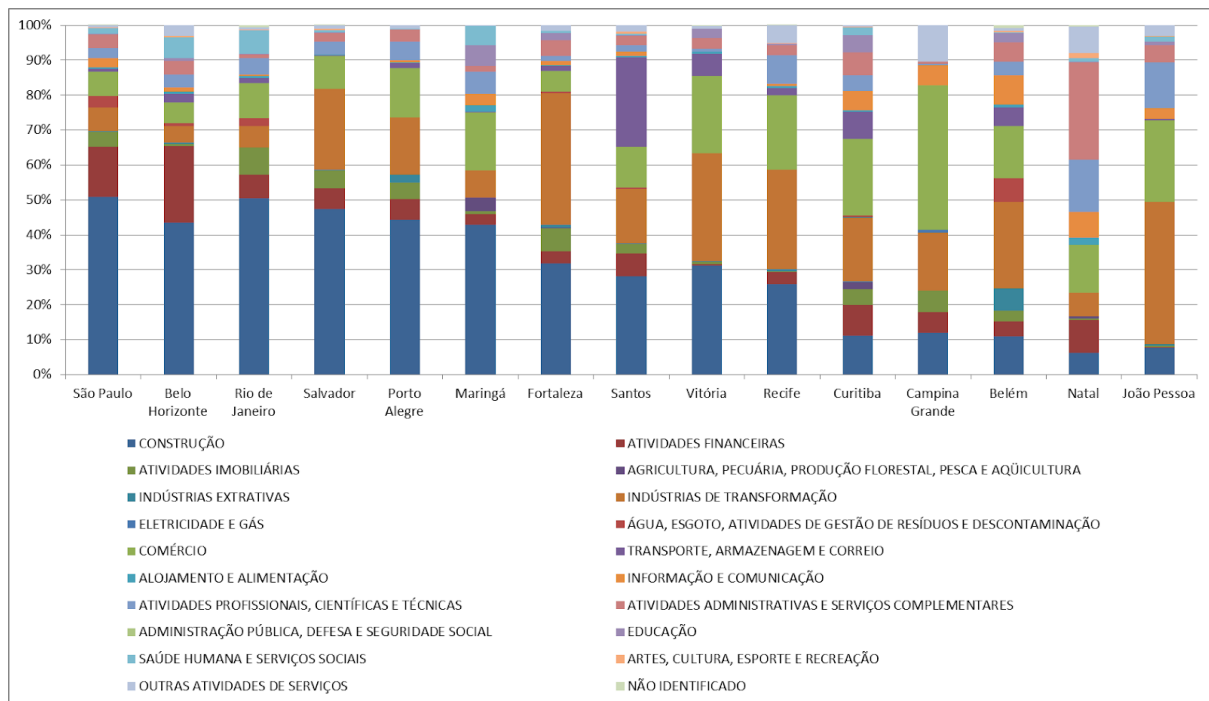


Essa tendência acaba por se refletir na própria distribuição territorial da influência do setor da construção. Conforme demonstrado no mapa abaixo, existem vastos espaços no país que agregam municípios sem qualquer influência ou com baixa influência econômica do setor sobre as eleições locais, sobretudo no interior dos estados e, de forma mais geral, nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul. Já municípios registrando influência alta ou muito alta (em vermelho e marrom), embora minoritários nacionalmente, tendem a se concentrar nos estados do Sudeste, muitas vezes nas suas regiões metropolitanas e nos seus arredores. De forma contrastante, vale observar que estados inteiros situados em outras regiões, como Amapá e Rondônia, não apresentam sequer um município sofrendo alta/muito alta influência do setor.



Embora haja uma tendência de maior influência nas áreas metropolitanas do país, mesmo dentro desse conjunto o fenômeno não se dá de maneira uniforme. Na verdade, no que tange à influência econômica dos diferentes setores sobre o sistema político local, há uma grande heterogeneidade quando se considera especificamente o universo metropolitano brasileiro, como indicado no gráfico abaixo. Evidencia-se o predomínio do setor da construção em três dos quatro municípios-polo metropolitanos da região Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte), em dois municípios-polo da região Sul (Porto Alegre e Maringá) e em apenas um da região Nordeste (Salvador). Porém, nas demais metrópoles, outros setores como indústrias de transformação e comércio tendem a ser mais influentes.

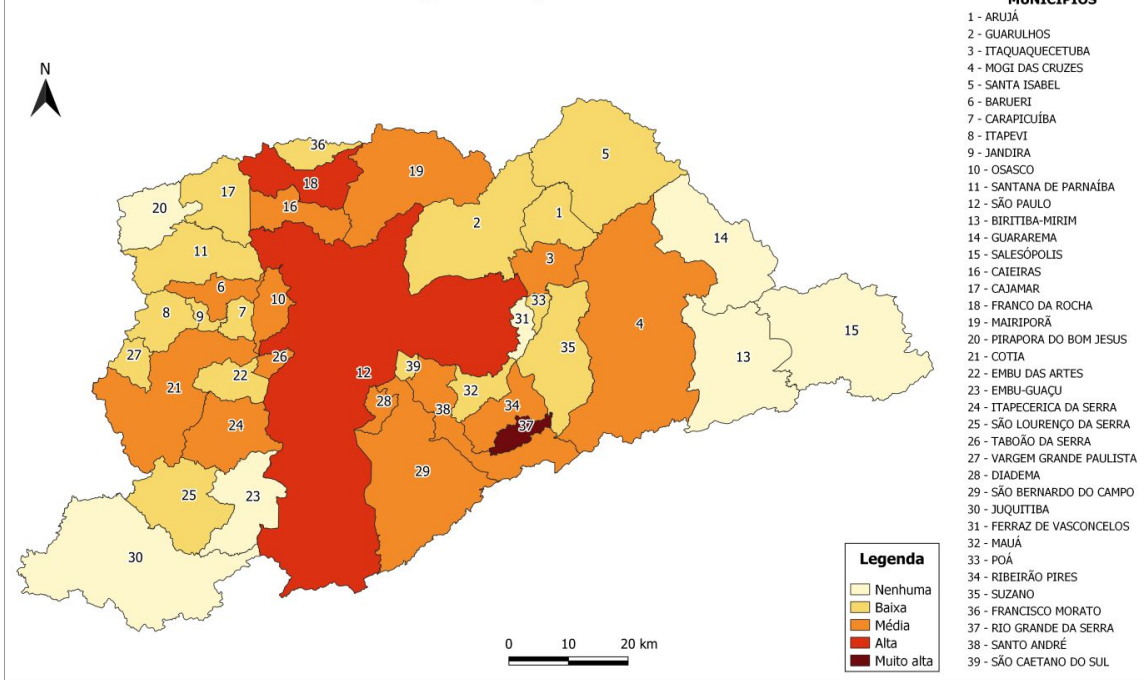
Participação setorial nas doações eleitorais 2012: municípios-polo metropolitanos



Ainda assim, mesmo nas regiões metropolitanas onde o setor da construção exerce maior influência, isto também ocorre de forma bastante espacialmente desigual. Nos mapas abaixo é possível perceber uma tendência geral de esvanecimento do poder das doações das empresas de construção nos municípios metropolitanos mais periféricos.

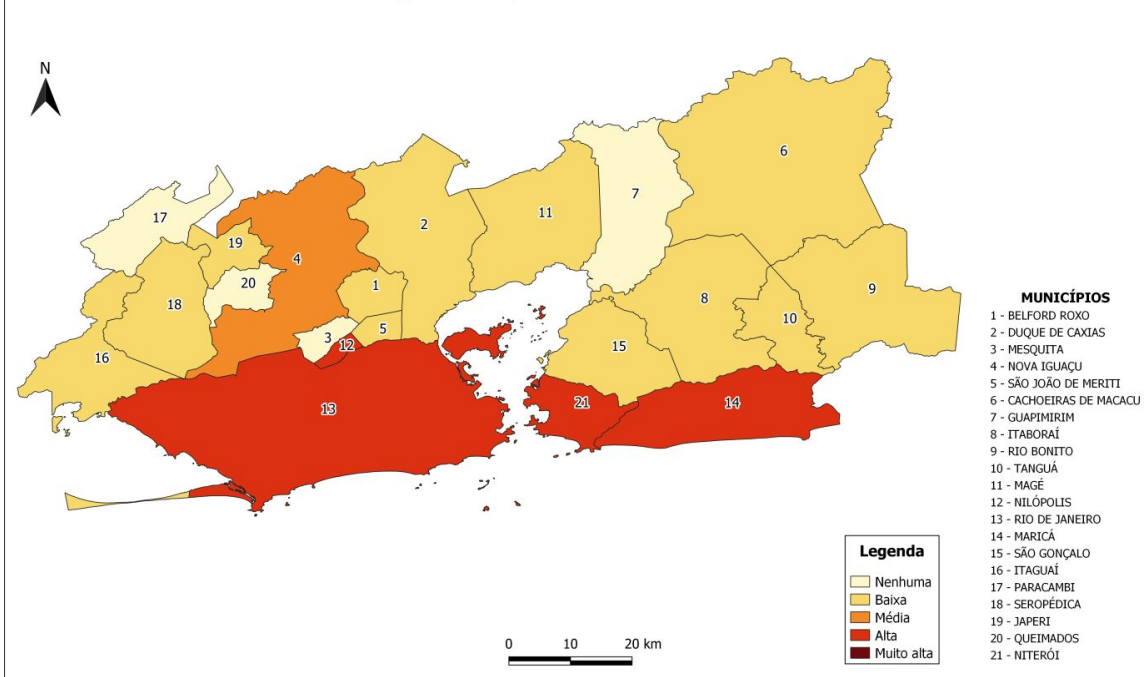
Influência econômica do setor da construção sobre as campanhas eleitorais nos municípios – 2012

Região Metropolitana de São Paulo



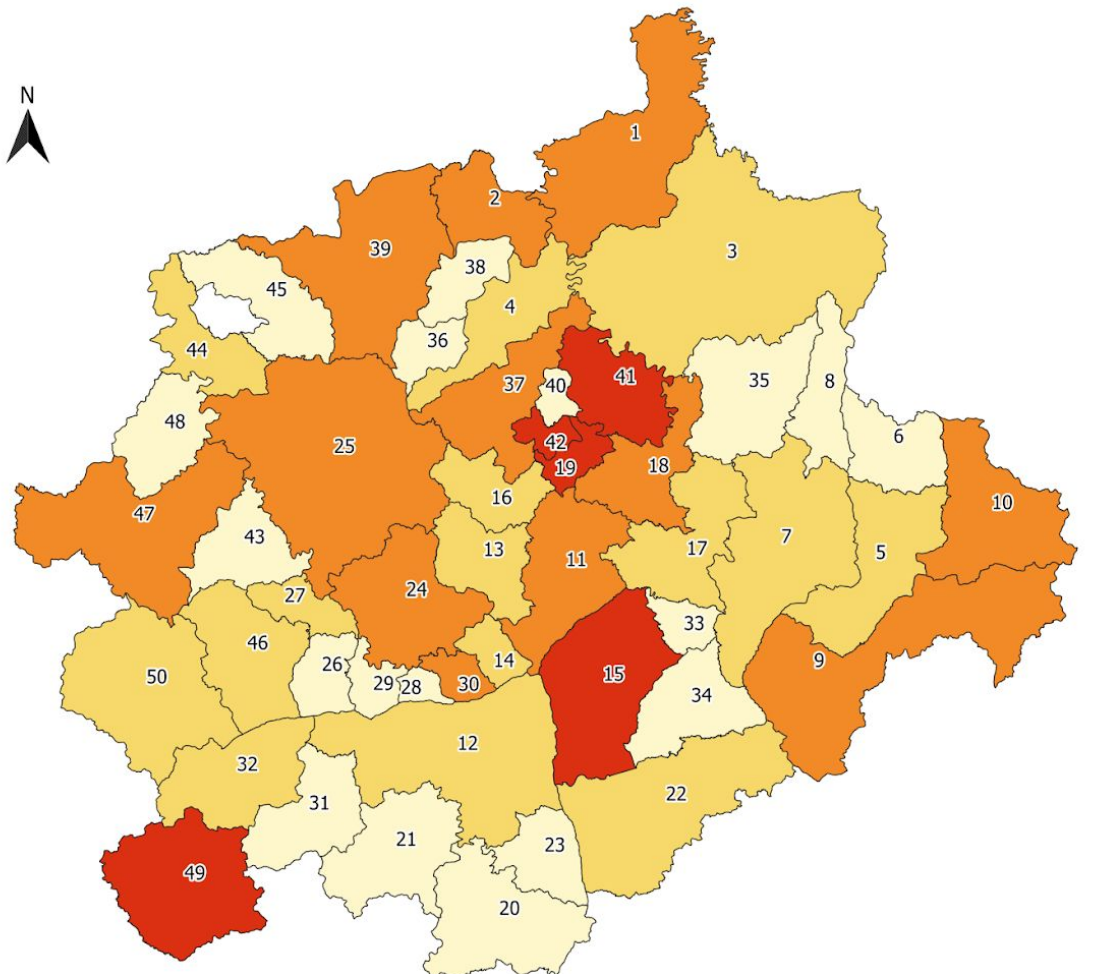
Influência econômica do setor da construção sobre as campanhas eleitorais nos municípios – 2012

Região Metropolitana do Rio de Janeiro



Influência econômica do setor da construção sobre as campanhas eleitorais municipais – 2012

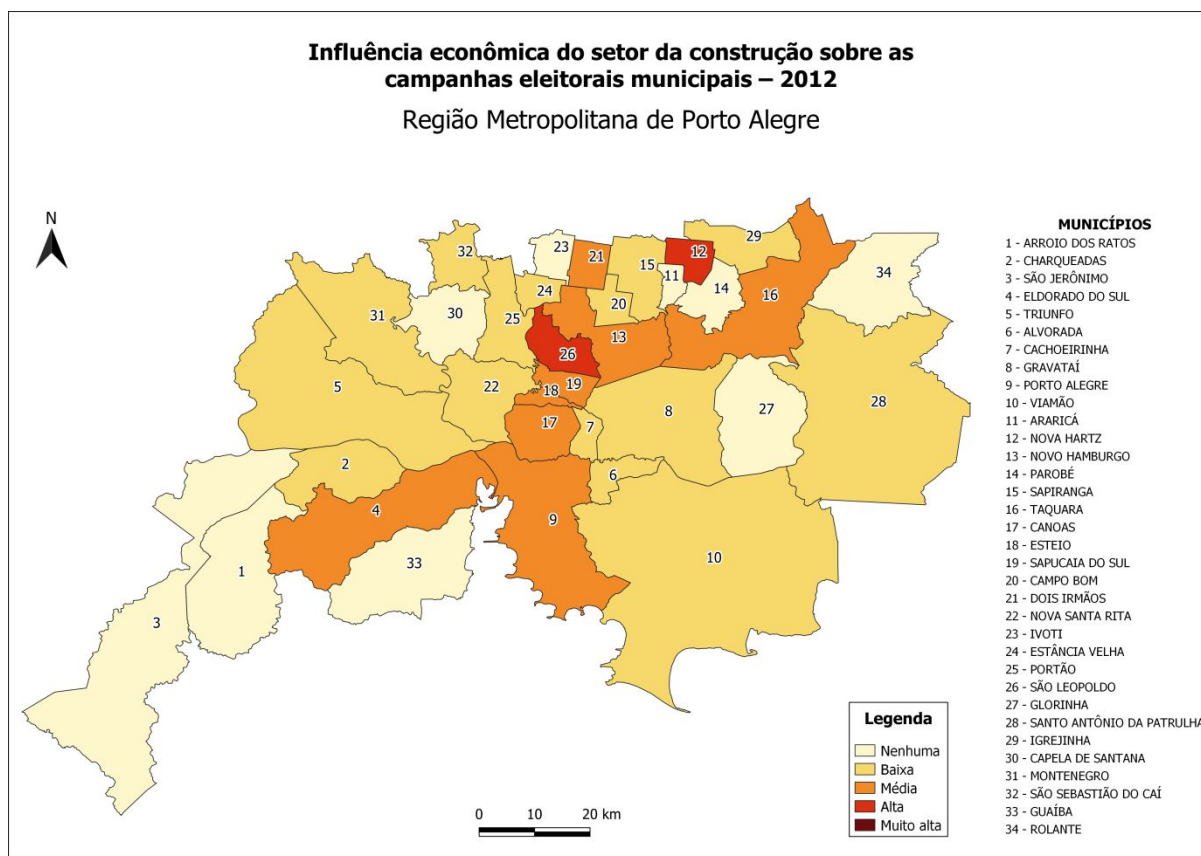
Região Metropolitana de Belo Horizonte



0 10 20 km

MUNICÍPIOS

- | | | |
|--------------------------------|---------------------------|---------------------------|
| 1 - BALDIM | 18 - SANTA LUZIA | 35 - TAQUARAÇU DE MINAS |
| 2 - FUNILÂNDIA | 19 - VESPASIANO | 36 - CAPIM BRANCO |
| 3 - JABOTICATUBAS | 20 - BELO VALE | 37 - PEDRO LEOPOLDO |
| 4 - MATOZINHOS | 21 - BONFIM | 38 - PRUDENTE DE MORAIS |
| 5 - BARÃO DE COCAIS | 22 - ITABIRITO | 39 - SETE LAGOAS |
| 6 - BOM JESUS DO AMPARO | 23 - MOEDA | 40 - CONFINS |
| 7 - CAETÉ | 24 - BETIM | 41 - LAGOA SANTA |
| 8 - NOVA UNIÃO | 25 - ESMERALDAS | 42 - SÃO JOSÉ DA LAPA |
| 9 - SANTA BÁRBARA | 26 - IGARAPÉ | 43 - FLORESTAL |
| 10 - SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO | 27 - JUATUBA | 44 - FORTUNA DE MINAS |
| 11 - BELO HORIZONTE | 28 - MÁRIO CAMPOS | 45 - INHAÚMA |
| 12 - BRUMADINHO | 29 - SÃO JOAQUIM DE BICAS | 46 - MATEUS LEME |
| 13 - CONTAGEM | 30 - SARZEDO | 47 - PARÁ DE MINAS |
| 14 - IBIRITÉ | 31 - RIO MANSO | 48 - SÃO JOSÉ DA VARGINHA |
| 15 - NOVA LIMA | 32 - ITATIUIÇU | 49 - ITAGUARA |
| 16 - RIBEIRÃO DAS NEVES | 33 - RAPOSOS | 50 - ITAÚNA |
| 17 - SABARÁ | 34 - RIO ACIMA | |



Portanto, considerando o conjunto dos dados analisados, pode-se indicar algumas conclusões preliminares relevantes. Primeiro, o setor da construção de fato possui um protagonismo no financiamento eleitoral municipal, que se expressa sobretudo na sua elevada participação nas eleições de 2012, sendo superado apenas pelo setor do comércio. Segundo, apesar dessa elevada participação geral, a maior influência da construção tende a se concentrar no Sudeste brasileiro e, mais especificamente, nas suas três principais metrópoles – São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte – e seus arredores, além de Salvador, Porto Alegre e Maringá. Terceiro, apesar dessa concentração territorial de poder em relação a outras regiões e áreas do país, a desigualdade do nível de influência exercida pelo setor também pode ser notada no interior dessas mesmas metrópoles, onde os municípios periféricos tendem a apresentar um grau consideravelmente menor de participação da construção nas doações eleitorais locais, ainda que esse processo esteja aparentemente marcado por outras peculiaridades em cada Região Metropolitana. Essa última característica merecerá maior exploração e considerações em futuros trabalhos de investigação, que por limitações de tempo e espaço não cabem aqui.

A influência político-eleitoral do setor do comércio nos municípios brasileiros

Com o intuito de melhor demarcar as particularidades da atuação do setor da construção nas eleições municipais, esta seção apresenta uma breve porém ilustrativa exploração dos dados e indicadores referentes a outro setor de grande contribuição nas eleições municipais de 2012, isto é, aquele caracterizado por atividades de comércio. De imediato, observa-se um marcante contraste entre ambos os setores, que pode indicar uma determinada distribuição do poder político-econômico no território brasileiro.

Primeiramente, as correlações entre porte populacional e econômico dos municípios e a participação do setor do comércio se apresentam substancialmente menos relevantes, conforme demonstram as tabelas abaixo. Os coeficientes de Spearman, abaixo de 0,3, e de Kendall, abaixo de 0,2, para a análise conjunta das variáveis População 2012 e Participação do Comércio nas doações do município indicam uma correlação mais fraca. Este enfraquecimento se acentua ao se considerar as variáveis PIB 2012 e Participação do Comércio nas doações do município, com ambos os coeficientes estando abaixo de 0,2.

Correlations

			População2012	Participação do Comércio no Município
Kendall's tau_b	População2012	Correlation	1,000	,162**
		Coefficient	.	,000
		Sig. (2-tailed)	.	,000
		N	5568	5568
	Participação do Comércio no Município	Correlation	,162**	1,000
		Coefficient	,000	.
		Sig. (2-tailed)	,000	.
		N	5568	5568
Spearman's rho	População2012	Correlation	1,000	,240**
		Coefficient	.	,000
		Sig. (2-tailed)	.	,000
		N	5568	5568
	Participação do Comércio no Município	Correlation	,240**	1,000
		Coefficient	,000	.
		Sig. (2-tailed)	,000	.
		N	5568	5568

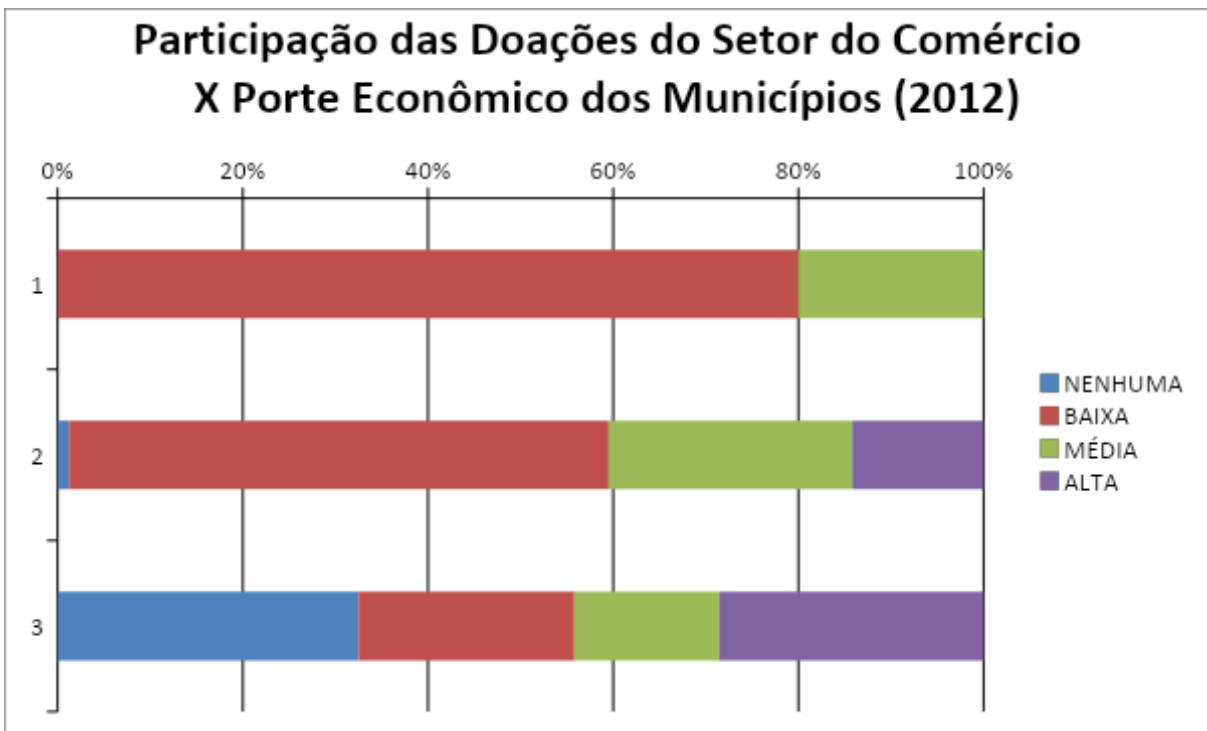
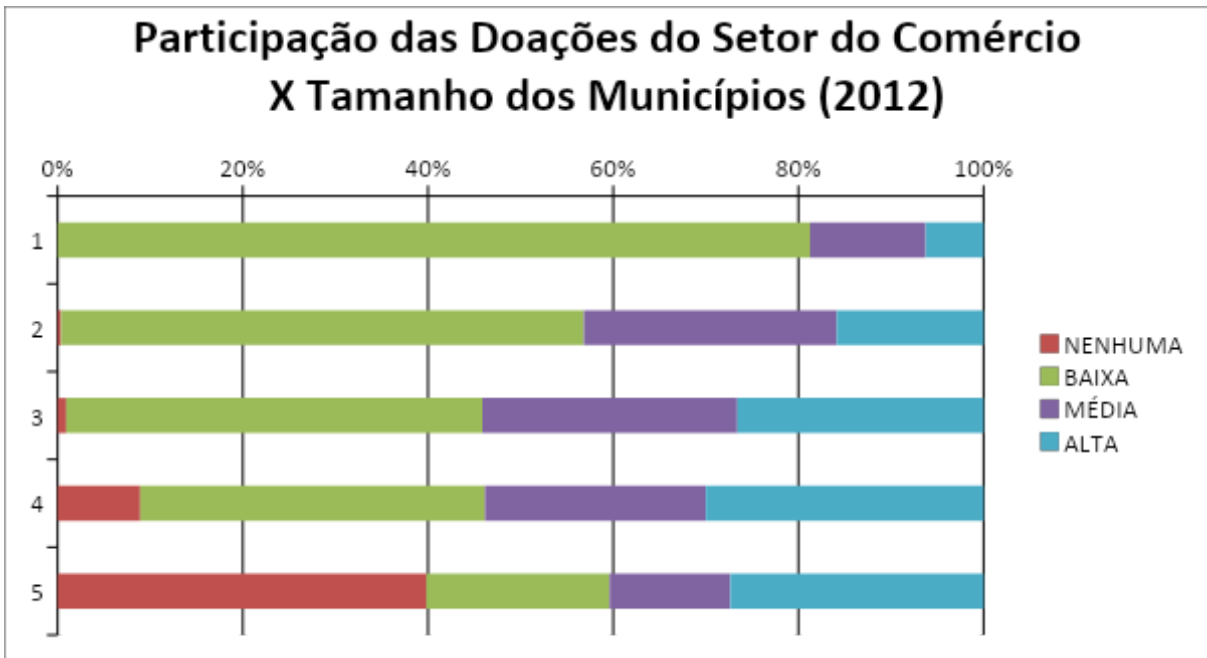
** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Correlations

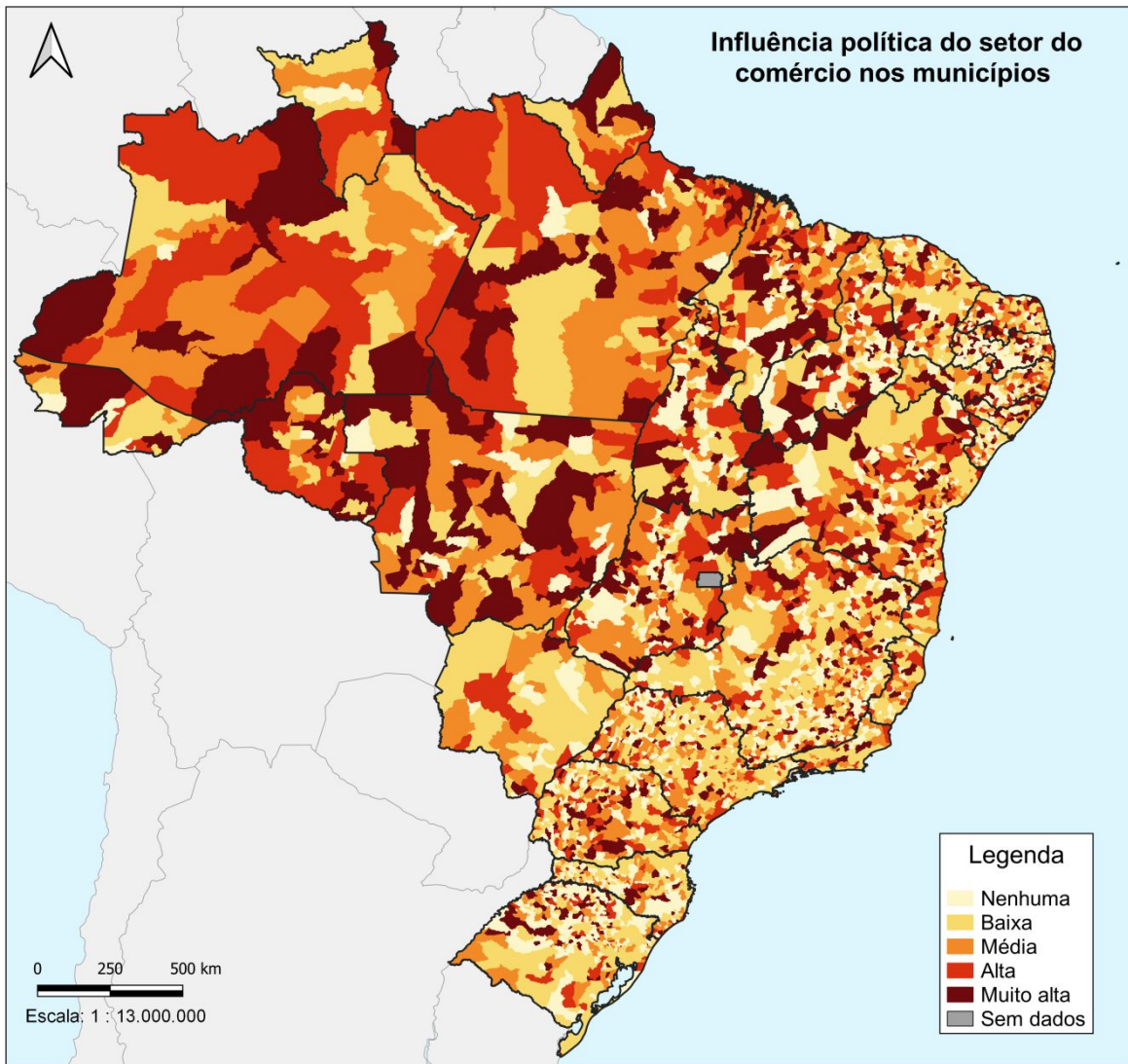
			Participação do Comércio no Município	PIB2012
Kendall's tau_b	Participação do Comércio no Município	Correlation Coefficient	1,000	,111**
		Sig. (2-tailed)	.	,000
		N	5568	5568
	PIB2012	Correlation Coefficient	,111**	1,000
		Sig. (2-tailed)	,000	.
		N	5568	5568
Spearman's rho	Participação do Comércio no Município	Correlation Coefficient	1,000	,169**
		Sig. (2-tailed)	.	,000
		N	5568	5568
	PIB2012	Correlation Coefficient	,169**	1,000
		Sig. (2-tailed)	,000	.
		N	5568	5568

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Consequentemente, padrões menos claros emergem da aplicação do indicador de influência do setor do comércio e de sua leitura a partir do tamanho dos municípios e de suas economias – ainda que seja possível afirmar, por exemplo, que quanto maior o município, menor a tendência de ele sofrer nenhuma ou alta/muito alta influência do setor em suas eleições.



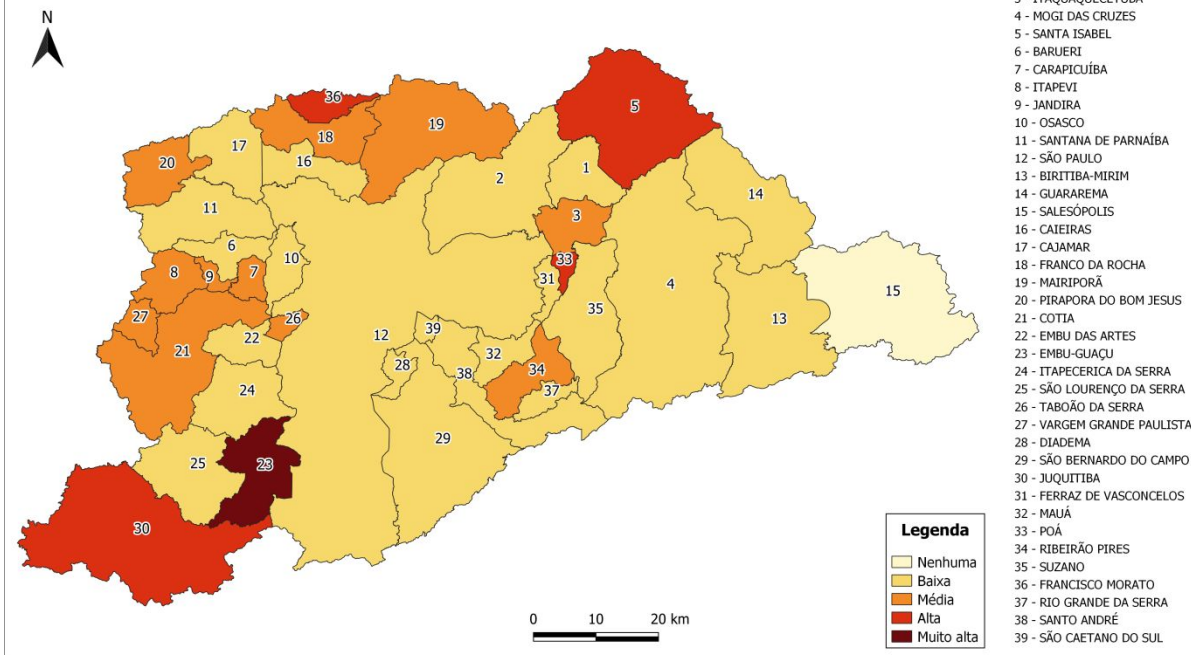
Por sua vez, essa correlação menos significativa com o tamanho dos municípios acaba por espelhar uma distribuição territorial menos concentrada. Chama atenção o fato de o setor do comércio ter uma influência bem mais acentuada do que o setor da construção nos municípios do interior dos estados e também das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul, conforme ilustrado no mapa abaixo.



A configuração intrametropolitana das mesmas metrópoles brasileiras analisadas anteriormente demonstra contrastes particularmente marcantes. Os mapas abaixo apontam para o fato de que, ao contrário do que acontece no caso do setor da construção, o setor do comércio tende a ser bem menos influente nos municípios-polo e naqueles mais próximos do centro, e significativamente mais influente nas periferias.

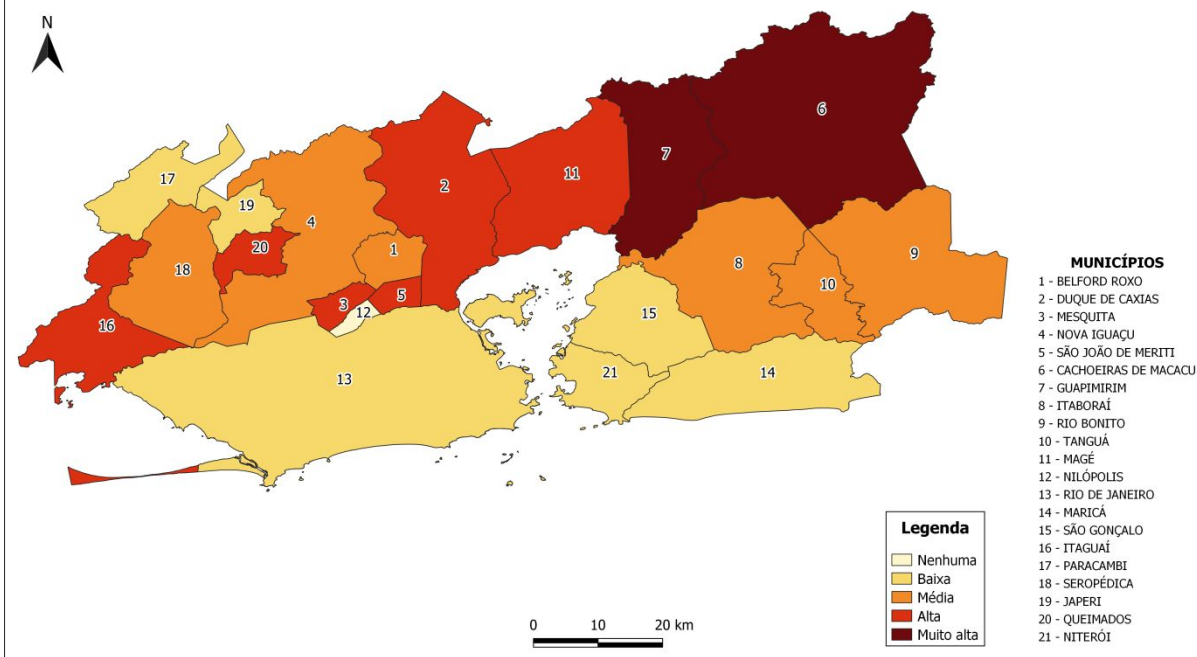
Influência econômica do setor do comércio sobre as campanhas eleitorais nos municípios – 2012

Região Metropolitana de São Paulo



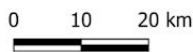
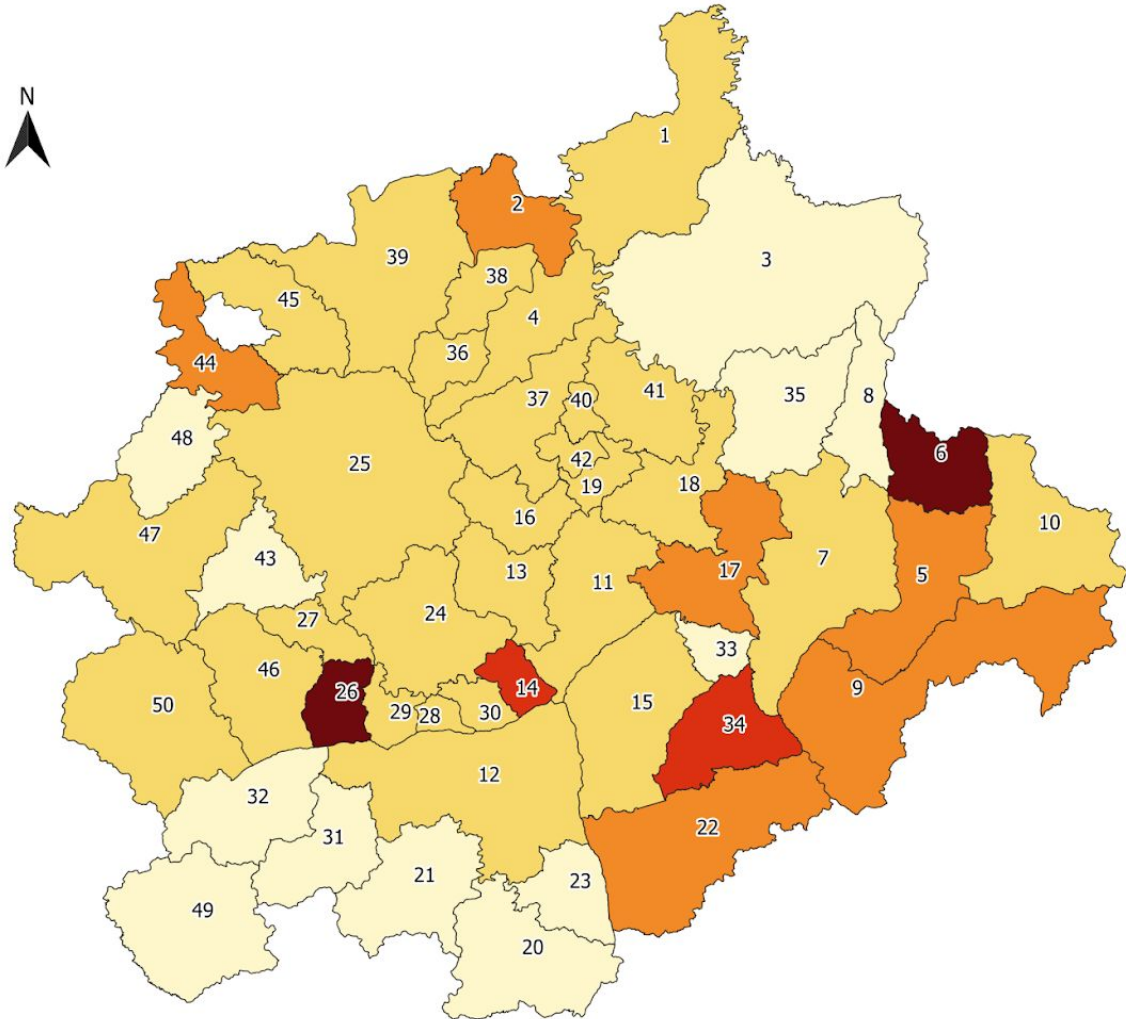
Influência econômica do setor do comércio sobre as campanhas eleitorais nos municípios – 2012

Região Metropolitana do Rio de Janeiro



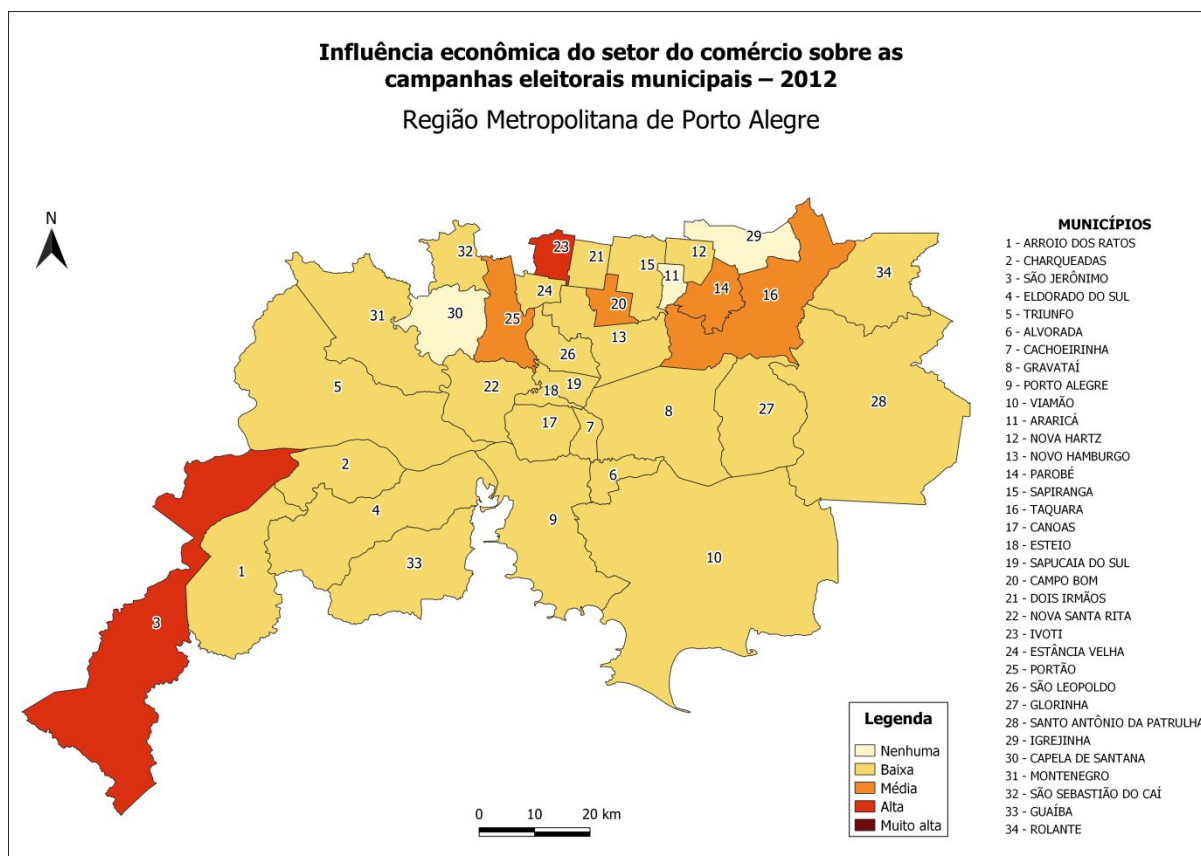
Influência econômica do setor do comércio sobre as campanhas eleitorais municipais – 2012

Região Metropolitana de Belo Horizonte



MUNICÍPIOS

- | | | |
|--------------------------------|---------------------------|---------------------------|
| 1 - BALDIM | 18 - SANTA LUZIA | 35 - TAQUARAÇU DE MINAS |
| 2 - FUNILÂNDIA | 19 - VESPASIANO | 36 - CAPIM BRANCO |
| 3 - JABOTICATUBAS | 20 - BELO VALE | 37 - PEDRO LEOPOLDO |
| 4 - MATOZINHOS | 21 - BONFIM | 38 - PRUDENTE DE MORAIS |
| 5 - BARÃO DE COCAIS | 22 - ITABIRITO | 39 - SETE LAGOAS |
| 6 - BOM JESUS DO AMPARO | 23 - MOEDA | 40 - CONFINS |
| 7 - CAETÉ | 24 - BETIM | 41 - LAGOA SANTA |
| 8 - NOVA UNIÃO | 25 - ESMERALDAS | 42 - SÃO JOSÉ DA LAPA |
| 9 - SANTA BÁRBARA | 26 - IGARAPÉ | 43 - FLORESTAL |
| 10 - SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO | 27 - JUATUBA | 44 - FORTUNA DE MINAS |
| 11 - BELO HORIZONTE | 28 - MÁRIO CAMPOS | 45 - INHAÚMA |
| 12 - BRUMADINHO | 29 - SÃO JOAQUIM DE BICAS | 46 - MATEUS LEME |
| 13 - CONTAGEM | 30 - SARZEDO | 47 - PARÁ DE MINAS |
| 14 - IBIRITÉ | 31 - RIO MANSO | 48 - SÃO JOSÉ DA VARGINHA |
| 15 - NOVA LIMA | 32 - ITATIAIUÇU | 49 - ITAGUARA |
| 16 - RIBEIRÃO DAS NEVES | 33 - RAPOSOS | 50 - ITAÚNA |
| 17 - SABARÁ | 34 - RIO ACIMA | |



Assim, a influência do setor do comércio se apresenta de forma bastante distinta daquela exercida pelo setor da construção nos municípios, sendo mais dispersa territorialmente e, sobretudo, bem mais forte no interior do país e nas periferias metropolitanas. Ambos os padrões reforçam a peculiaridade de predomínio do poder da construção nos grandes centros combinado com o predomínio do comércio nas áreas menos urbanizadas. Considerando que esses foram os dois setores mais influentes das eleições de 2012, conjuntamente respondendo por metade do total de doações, duas hipóteses podem ser daí derivadas. Por um lado, essa distribuição territorial do poder pode acontecer de forma complementar e “colaborativa”. Ou essa divisão poderia indicar uma certa rivalidade, numa espécie de jogo de soma zero, onde o avanço do predomínio de um setor em novos territórios acaba por ameaçar e diminuir o predomínio do outro. Essas hipóteses deverão ser testadas futuramente em novos trabalhos.

A influência político-eleitoral do complexo urbano-imobiliário-financeiro nos municípios brasileiros

Faz-se necessário também investigar mais a fundo a atuação conjunta do complexo urbano-imobiliário-financeiro, no qual o setor da construção exerce papel protagonista, de acordo com a literatura e com as indicações dos dados e indicadores já analisados aqui. Antes, contudo, é importante conceituar mais precisamente a composição dessa coalizão.

Conforme colocado anteriormente, as definições oferecidas pela literatura especializada, baseadas nas experiências nacional e internacional, são importantes pontos de partida. Aalbers (2015) chama a atenção para as conexões político-econômicas entre agentes do mercado imobiliário, do mercado financeiro e do aparato estatal. Rolnik (2015) identifica operadores do mercado financeiro, incorporadoras imobiliárias, empresas de construção e representantes do setor público como atores-chave das coalizões de poder dominantes nas cidades brasileiras. Ribeiro (2017) destaca a atuação dos setores voltados à acumulação urbana, onde são incluídos, para além dos agentes já citados, o capital de concessões de serviço coletivo.

Para efeitos da investigação presente, optou-se por adotar uma abordagem onde essas definições contribuem de forma complementar, potencializando as possibilidades de captação das conexões formadoras das coalizões de poder dominantes nas cidades brasileiras. Desse ponto de vista, poderia estar sendo constituído um complexo urbano-imobiliário-financeiro (CUIF) no país, consolidado através de novas e cada vez mais recorrentes alianças entre setores inseridos no circuito de acumulação urbana e o setor financeiro. Os agentes da acumulação urbana são aqui compreendidos de forma abrangente, sendo todos aqueles que potencialmente possuem um interesse político-econômico direto na expansão e manutenção do espaço urbano. Ou seja, são todos aqueles agentes cuja reprodução de seus respectivos capitais está diretamente ligada à reprodução do urbano.

Entretanto, a viabilização da investigação empírica na qual o presente estudo está baseado requer uma precisão maior desse conceito. Como identificar os agentes de acumulação urbana e do mercado financeiro nas fontes de dados disponibilizadas pelo TSE referente às doações de campanhas eleitorais? Considerando que a chave de classificação setorial utilizada até então aqui e em estudos prévios sobre doações (DOS SANTOS, 2016) é a categorização CNAE, tal tarefa depende da identificação de correspondências precisas entre o arcabouço conceitual escolhido e a forma como essa classificação está estruturada.

Intuitivamente, uma solução imediata seria agregar aqueles setores mais diretamente ligados à acumulação urbana – isto é, as grandes categorias relacionadas à produção do espaço urbano (“F, construção” e “L, atividades imobiliárias”) e aquelas dependentes de concessões para serviços coletivos urbanos (“H, transporte, armazenagem e correio”, “D, eletricidade e gás”, “E, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação”) – com aqueles que representam o capital financeiro (categoria “K, atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados”). Porém, tanto estas quanto as demais grandes categorias estão subdivididas em subsetores, que também apresentam substantivas variações quanto às suas respectivas relações com a acumulação urbana e financeira. Por exemplo, a grande categoria “K, atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados” engloba tanto subsetores que expressam explicitamente a conexão entre intermediação financeira e mercado imobiliário, como “Companhias hipotecárias” e “Fundos de Investimentos Imobiliários”, como também outros que parecem ter pouca ou nenhuma conexão, como “Seguros de vida” e “Planos de auxílio-funeral”. Da mesma forma, grandes categorias, a princípio sem relação direta com a acumulação urbana – como, por exemplo, os grandes setores das Indústrias de Transformação e do Comércio –, possuem subsetores com interesse direto na reprodução do urbano – por exemplo, respectivamente o subsetor “Fabricação de Cimento” e o de “Comércio atacadista de materiais de construção em geral”, dentre outros.

Por conta dessas particularidades, optou-se por utilizar os subsetores da classificação CNAE, em seu nível mais desagregado, para se identificar da forma mais precisa possível o que seria o complexo urbano-imobiliário-financeiro (CUIF) nos dados disponibilizados pelo TSE. Assim, partindo-se do critério de ligação direta de reprodução do capital com reprodução do urbano, foram elencados os subsetores formadores do CUIF, cuja lista detalhada não pode ser descrita no corpo deste texto, por conta de limitações de espaço, mas que se encontra no [apêndice em anexo](#).

Feitos esses necessários esclarecimentos, pode-se agora adentrar na exploração empírica acerca da participação do CUIF no financiamento das eleições municipais de 2012. Para tanto, foram aplicados os mesmos procedimentos antes utilizados na investigação sobre o protagonismo do setor da construção.

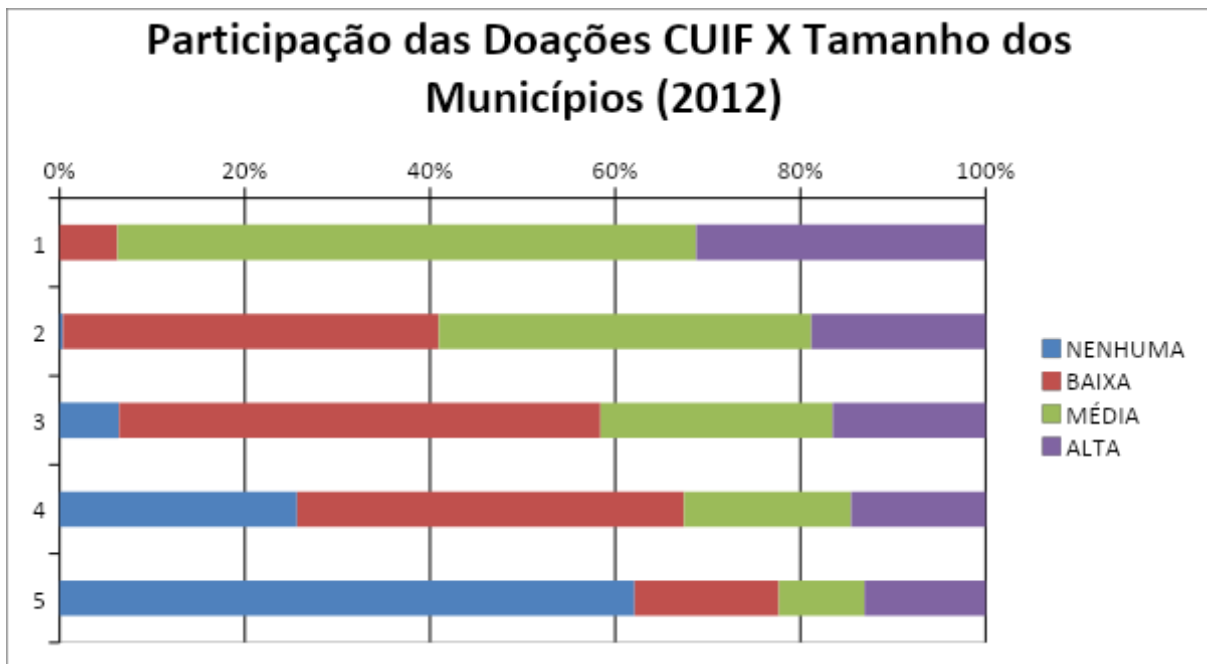
Somadas as contribuições de campanha realizadas pelos subsetores formadores do CUIF em 2012, obtém-se o montante de R\$ 319,2 milhões, equivalente a 34% do total de doações naquelas eleições. Verifica-se uma significativa correlação entre tamanho do município, tamanho da economia local e contribuição do CUIF para as doações de campanhas municipais. Foram aferidos coeficientes de Spearman de 0,394 e de Kendall de

0,284 ao se analisar a correlação entre a população municipal de 2012 e a participação dos setores formadores do CUIF no financiamento de campanhas de cada município no mesmo ano, o que indica um resultado próximo do limiar (acima de 0,3) do que seria uma correlação moderada entre as variáveis. Assim, há uma tendência de se perceber maior influência do CUIF nos municípios de maior porte populacional, conforme demonstram a tabela e gráfico abaixo.

Correlations

		População 2012	Participação das Doações do CUIF no Município
Kendall's tau_b	População2012	Correlation Coefficient	,284**
		Sig. (2-tailed)	,000
		N	5568
	Participação das Doações do CUIF no Município	Correlation Coefficient	,284**
		Sig. (2-tailed)	,000
		N	5568
Spearman's rho	População2012	Correlation Coefficient	,394**
		Sig. (2-tailed)	,000
		N	5568
	Participação das Doações do CUIF no Município	Correlation Coefficient	,394**
		Sig. (2-tailed)	,000
		N	5568

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

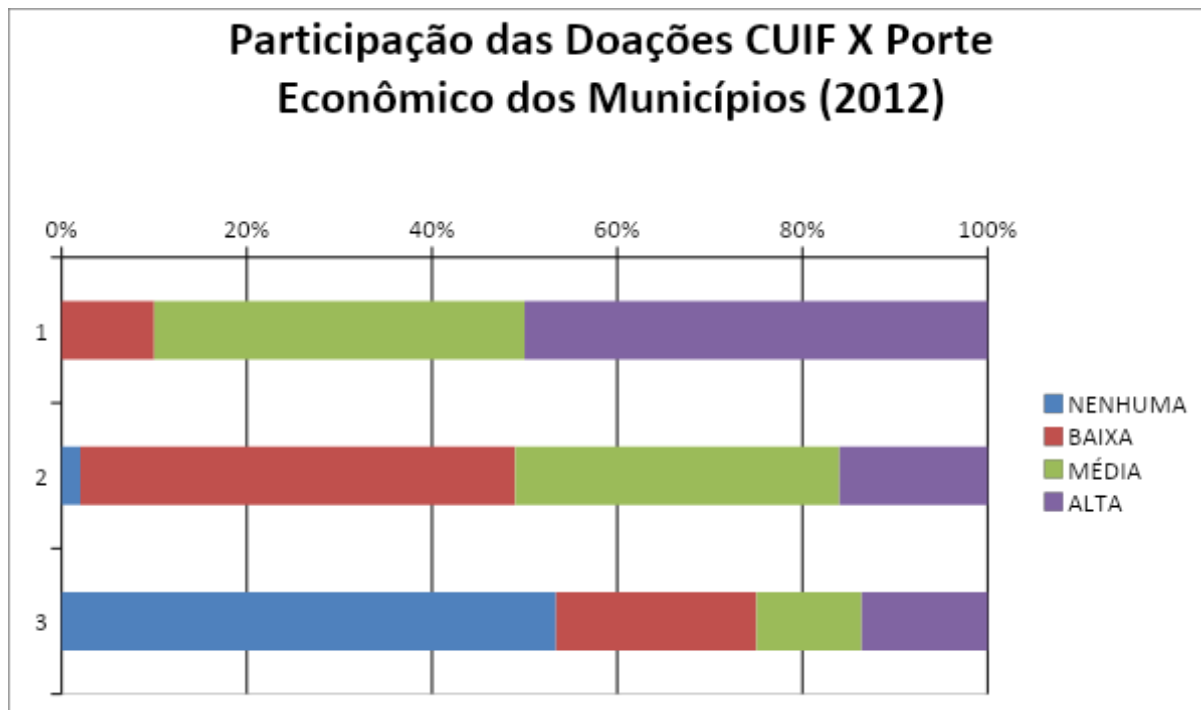


Vale chamar a atenção para a inexistência de município com população acima de 900 mil habitantes sem influência do CUIF, bem como para o significativo percentual de municípios nesse grupo contando com alta participação desses setores nos seus financiamentos de campanha. Essa tendência persiste quando se analisa a correlação entre porte econômico e influência do CUIF, conforme ilustrado abaixo.

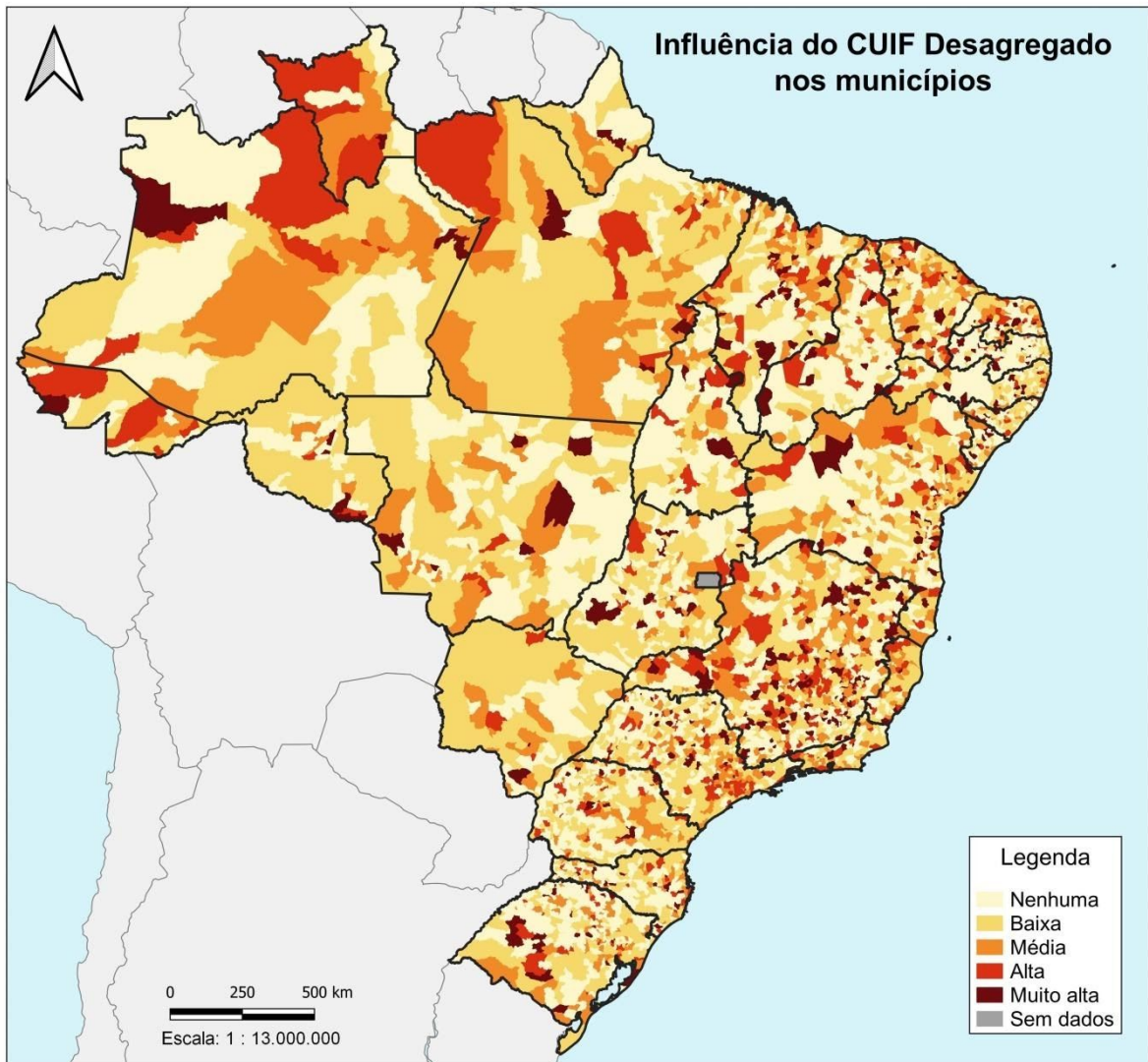
Correlations

			Participação das Doações do CUIF no Município	PIB2012
Kendall's tau_b	Participação das Doações do CUIF no Município	Correlation	1,000	,250**
		Coefficient	.	,000
	PIB2012	Sig. (2-tailed)	.	,000
		N	5568	5568
Spearman's rho	Participação das Doações do CUIF no Município	Correlation	1,000	,344**
		Coefficient	.	,000
	PIB2012	Sig. (2-tailed)	.	,000
		N	5568	5568

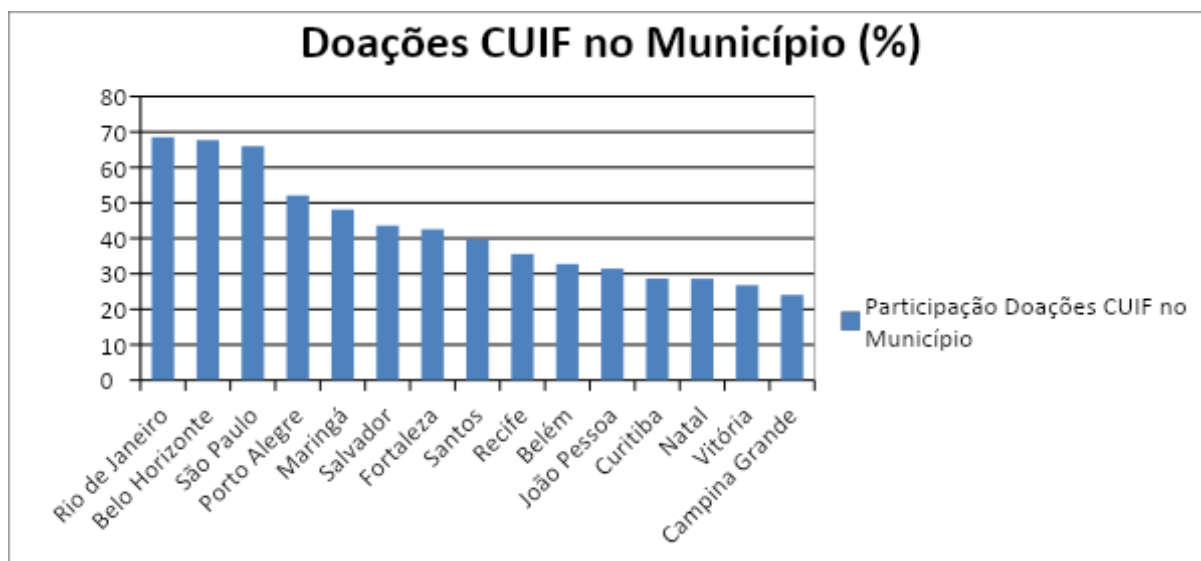
** Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).



Em termos mais estritamente territoriais, quando comparado com os resultados obtidos na seção anterior para o setor da construção, é possível assinalar uma presença maior e mais dispersa dos municípios que registram participação alta ou muito alta do CUIF. O mapa abaixo demonstra que, em particular, grande parte dos municípios nas regiões Sudeste e Nordeste apresentam uma expressiva influência dos setores formadores do CUIF nas suas eleições.



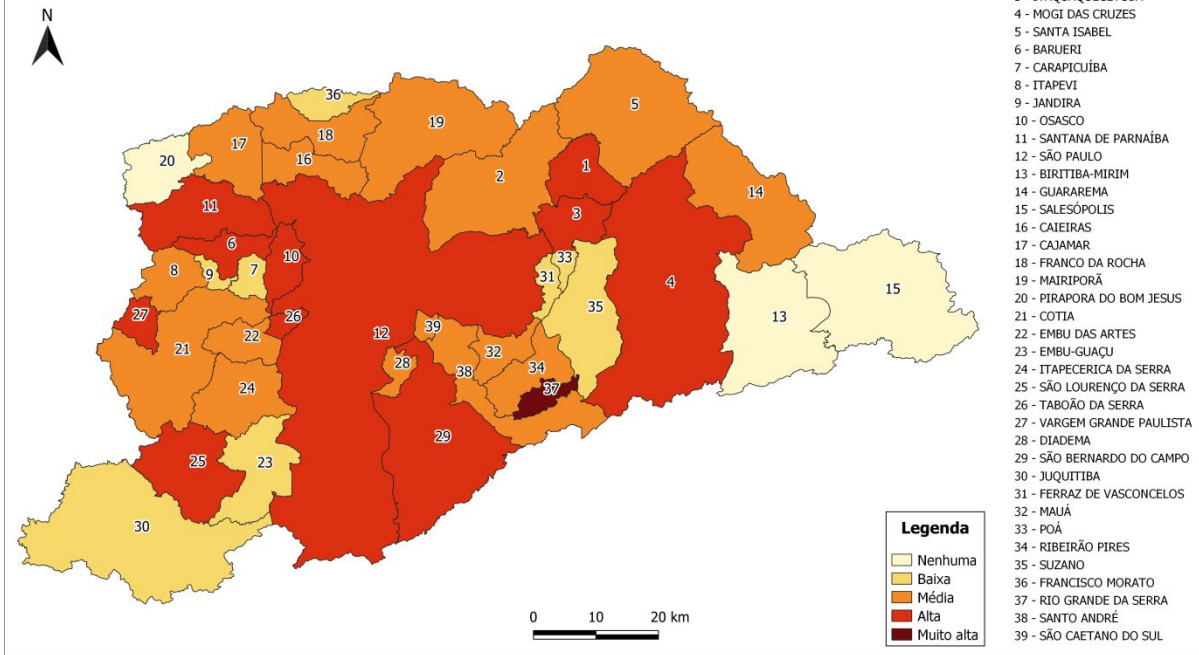
Além disso, há uma influência alta do CUIF em algumas das principais metrópoles brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre – o que também indica um padrão de predominância nos municípios-polo do Sudeste muito parecido com aquele notado para o setor da construção, conforme destaca o gráfico abaixo.



No entanto, internamente, permanecem as disparidades já verificadas na seção anterior em relação ao setor da construção, embora um pouco mais brandas. Em geral, as eleições dos municípios mais próximos dos municípios-polo continuam tendendo a receber uma contribuição maior desse conjunto de subsetores, enquanto o contrário tende a ocorrer nos municípios mais periféricos, conforme demonstram os mapas abaixo. Essa observação é especialmente marcante na Região Metropolitana de São Paulo. Ainda assim, é importante, mais uma vez, registrar que cada metrópole parece também desenvolver padrões territoriais particulares, cujas peculiaridades deverão ser mais detalhadamente exploradas em estudos futuros, de forma a melhor compreender os fatores causadores dessas distintas configurações territoriais intrametropolitanas.

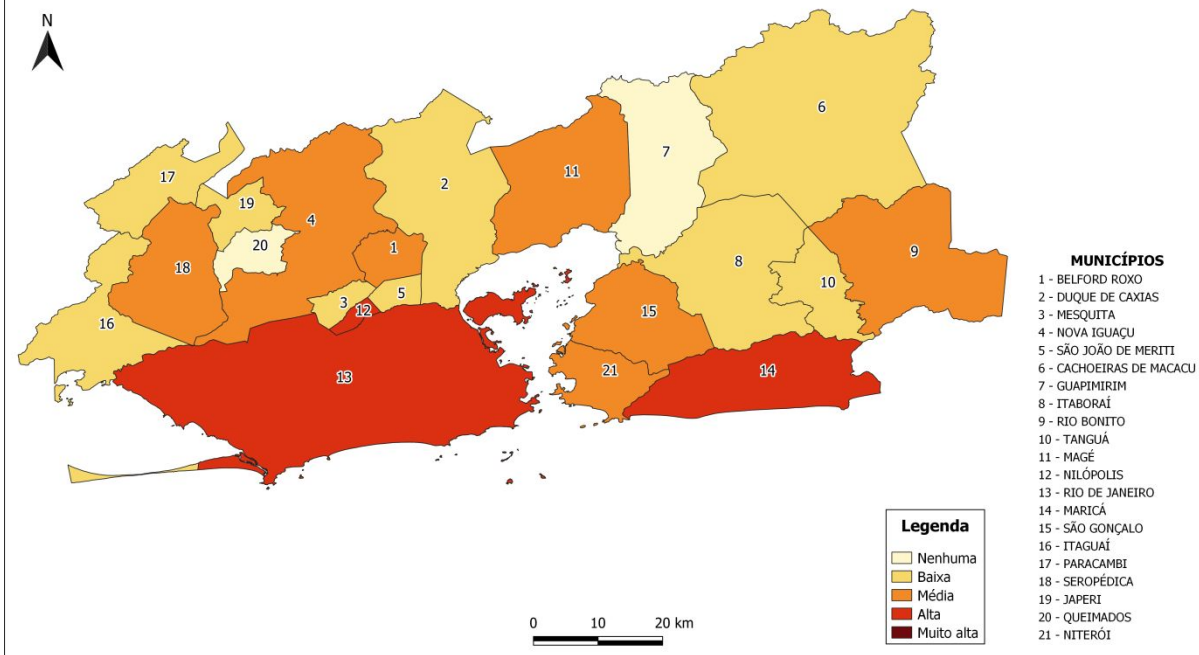
Influência econômica do complexo urbano-imobiliário-financeiro sobre as campanhas eleitorais nos municípios - 2012

Região Metropolitana de São Paulo



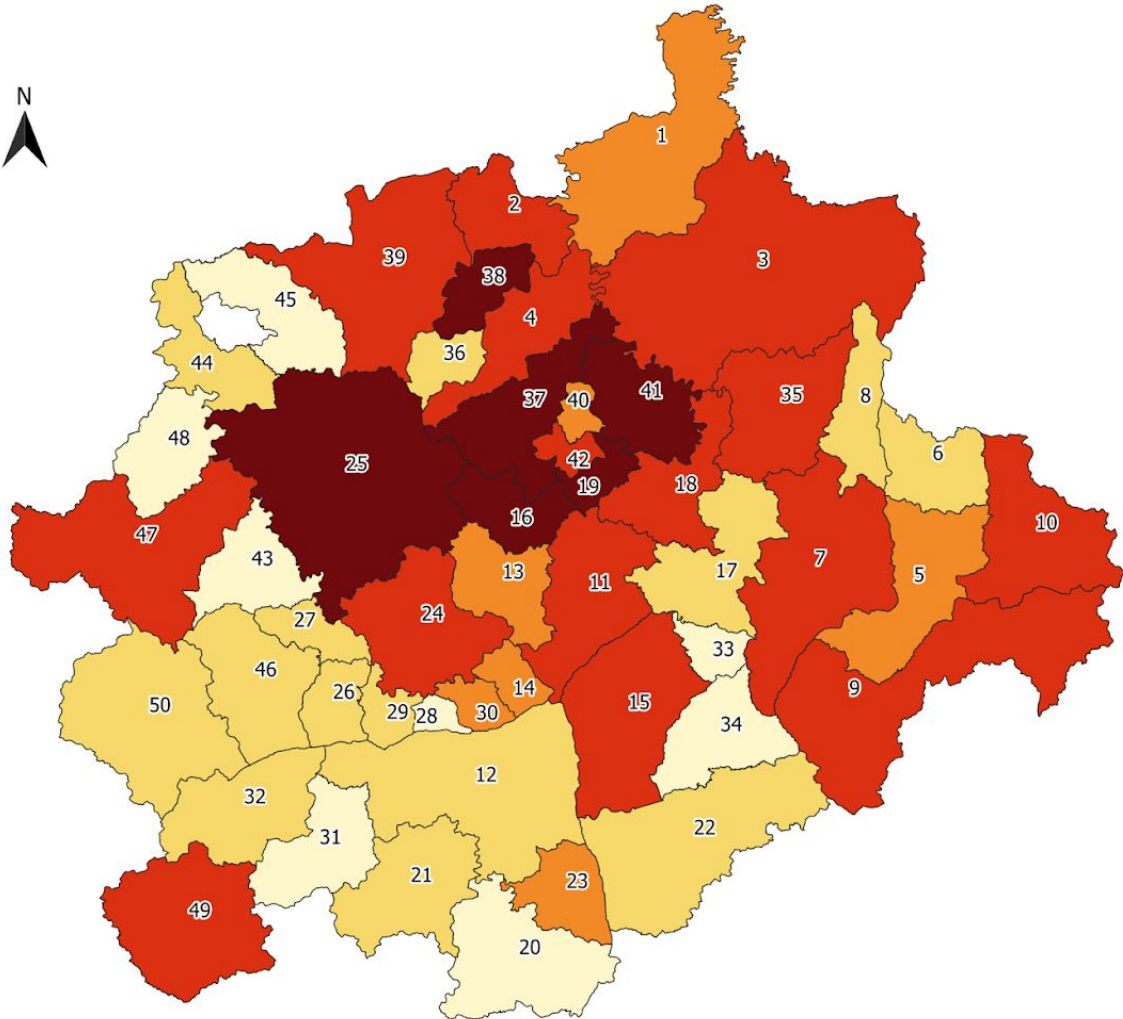
Influência econômica do complexo urbano-imobiliário-financeiro sobre as campanhas eleitorais nos municípios - 2012

Região Metropolitana do Rio de Janeiro



Influência econômica do complexo urbano-imobiliário-financeiro sobre as campanhas eleitorais municipais – 2012

Região Metropolitana de Belo Horizonte



Legenda

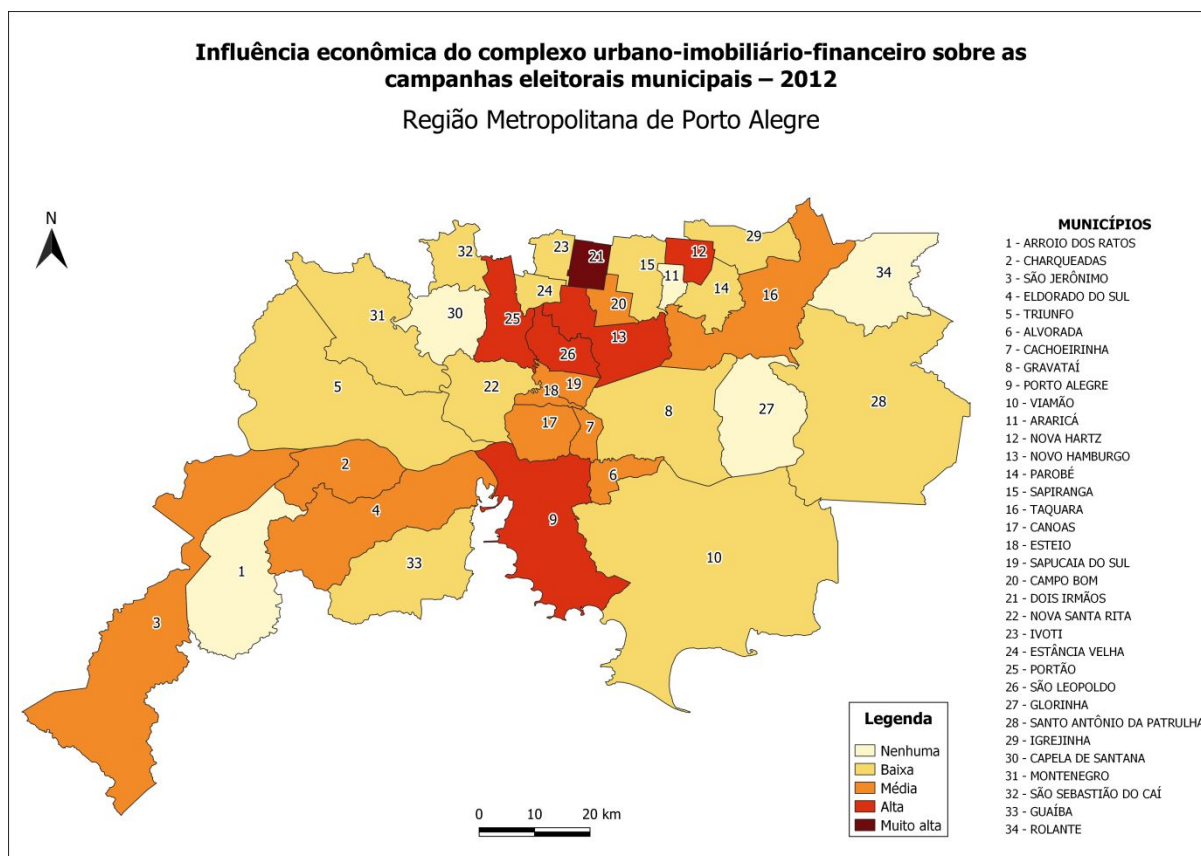


0 10 20 km



MUNICÍPIOS

- | | | |
|--------------------------------|---------------------------|---------------------------|
| 1 - BALDIM | 18 - SANTA LUZIA | 35 - TAQUARAÇU DE MINAS |
| 2 - FUNILÂNDIA | 19 - VESPASIANO | 36 - CAPIM BRANCO |
| 3 - JABOTICATUBAS | 20 - BELO VALE | 37 - PEDRO LEOPOLDO |
| 4 - MATOZINHOS | 21 - BONFIM | 38 - PRUDENTE DE MORAIS |
| 5 - BARÃO DE COCAIS | 22 - ITABIRITO | 39 - SETE LAGOAS |
| 6 - BOM JESUS DO AMPARO | 23 - MOEDA | 40 - CONFINS |
| 7 - CAETÉ | 24 - BETIM | 41 - LAGOA SANTA |
| 8 - NOVA UNIÃO | 25 - ESMERALDAS | 42 - SÃO JOSÉ DA LAPA |
| 9 - SANTA BÁRBARA | 26 - IGARAPÉ | 43 - FLORESTAL |
| 10 - SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO | 27 - JUATUBA | 44 - FORTUNA DE MINAS |
| 11 - BELO HORIZONTE | 28 - MÁRIO CAMPOS | 45 - INHAÚMA |
| 12 - BRUMADINHO | 29 - SÃO JOAQUIM DE BICAS | 46 - MATEUS LEME |
| 13 - CONTAGEM | 30 - SARZEDO | 47 - PARÁ DE MINAS |
| 14 - IBIRITÉ | 31 - RIO MANSO | 48 - SÃO JOSÉ DA VARGINHA |
| 15 - NOVA LIMA | 32 - ITATIAIUÇU | 49 - ITAGUARA |
| 16 - RIBEIRÃO DAS NEVES | 33 - RAPOSOS | 50 - ITAÚNA |
| 17 - SABARÁ | 34 - RIO ACIMA | |



PARTE 3: RESULTADOS

Conclusões preliminares

Cabe, por fim, apontar algumas das conclusões preliminares, resultantes da análise do banco de dados de doações criado e sistematizado pelo autor. A primeira delas é que há relativa baixa influência do setor de atividades financeiras nas eleições municipais de 2012. Não há indicações de que o poder dos agentes financeiros sugerido pela literatura se manifeste de maneira expressiva no financiamento local de campanhas. Isto não significa, necessariamente, que o setor não possua poder de influência. Talvez essa influência seja exercida em outras escalas, para além da esfera local. Ou, ainda, talvez os agentes financeiros atuem na escala municipal através de outros mecanismos, para além do financiamento de campanha. Essas são questões que precisam ser tratadas posteriormente.

Por outro lado, o histórico protagonismo do setor da construção, também indicado pela literatura, é corroborado pelo papel central desempenhado por seus agentes como financiadores de candidatos, partidos e comitês eleitorais nas eleições municipais de 2012.

Isto reforça a hipótese de a construção funcionar como principal setor articulador das coalizões de poder centradas na acumulação urbana.

Outra conclusão, entretanto, aponta para uma distribuição bastante desigual no território desse seu poder de influência. As empresas da construção tendem a ser mais influentes quanto maior for o município, o que faz com que sua atuação nas regiões periféricas do país, dos estados e das metrópoles seja bem menos relevante do que nas áreas centrais. Mesmo no universo dos municípios-polo metropolitanos, o predomínio do setor no financiamento de campanhas é restrito e com substanciais variações. Ele ocorre, sobretudo, nas metrópoles do Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte), e em alguns pontos das regiões Nordeste e Sul (Salvador, Porto Alegre e Maringá). Nas demais metrópoles, outros grandes setores assumem maior protagonismo, com destaque para indústrias de transformação e comércio.

O setor do comércio, aliás, ocupa uma posição de particular contraste com o setor da construção. Os dados e indicadores relacionados ao conjunto de suas doações eleitorais apontam para uma correlação mais fraca com o tamanho populacional e econômico dos municípios e maior dispersão territorial de sua influência, fazendo com que desempenhe papel muito mais relevante nas campanhas eleitorais do interior brasileiro e das periferias metropolitanas. Esse padrão poderia indicar, a princípio, uma rivalidade entre ambos os setores na disputa por influência sobre o aparato estatal em diferentes territórios – hipótese que necessita de maior aprofundamento investigativo para ser testada.

Em seu conjunto, esses dados corroboram a constatação de que o setor da construção exerce pressão política forte, porém bastante territorialmente restrita a algumas cidades de grande peso na economia nacional. Isto pode indicar que esse setor é mais articulado com outras escalas, uma vez que essas cidades tendem a apresentar conexões político-econômicas muito mais fortes com outros níveis de governo e de institucionalidade. Como outra hipótese derivada desta primeira exploração empírica, fica a indicação da necessidade de aprofundamento posterior sobre sua pertinência.

Além disso, após definição conceitual e empírica do complexo urbano-imobiliário-financeiro (CUIF), isto é, daquele conjunto de agentes com interesse capitalista diretamente dependente da reprodução do espaço urbano, verificaram-se alguns padrões similares àqueles identificados quanto ao grande setor da construção. Ou seja, o CUIF também tende a exercer protagonismo no âmbito geral das doações de campanha municipais de 2012, ainda que restrito às áreas mais centrais do território nacional e metropolitano brasileiro. Porém, a concentração territorial nesse caso é um pouco mais branda do que aquela registrada para o setor da construção.

Portanto, em resumo, os resultados destas primeiras explorações empíricas indicam duas tendências aparentemente contraditórias. Por um lado, os subsetores formadores do CUIF parecem desempenhar protagonismo político no universo urbano brasileiro, com destaque para a contribuição e centralidade daqueles oriundos do grande setor da construção. Por outro lado, dada a sua restrição e concentração territorial, o processo de alastramento do poder de influência dessa coalizão, pelo menos no que se refere às doações de campanhas eleitorais municipais, ainda aparenta estar em uma fase bastante incipiente, uma vez que, no próprio universo metropolitano, e principalmente fora dele, os subsetores formadores do CUIF e o setor de construção ainda estão longe de apresentarem um predomínio mais amplo e consistente – como parece ocorrer no caso do setor do comércio. Este último fato converge com os apontamentos feitos pela literatura especializada quanto ao estágio menos avançado de financeirização e de consolidação de um complexo urbano-imobiliário-financeiro nos países periféricos, quando comparados com países centrais.

Deve-se levar em conta, contudo, que estes são apenas primeiros resultados que ainda precisam ser desdobrados através do aprofundamento da investigação. Vale ressaltar que o presente estudo não teve como objetivo esgotar as possibilidades de análise oferecidas pelos dados apresentados, entendendo que a riqueza destes permite explorações para além do espaço e foco deste relatório. Espera-se que ambas as iniciativas possam avançar num futuro próximo.

Referências

AALBERS, M. B. The potential for financialization. *Dialogues in Human Geography*, v. 5, n. 2, pp. 214-219, 2015.

AL-RODHAN, N. R. F.; STOUDEMANN, A. G. *Definitions of globalization: a comprehensive overview and a proposed definition*. Geneva Centre for Security Policy, Geneva, 2006. Disponível em <http://www.gcsp.ch>. Acesso em: 1º março 2020.

BONICENHA, R. C. Financeirização e território: uma revisão da literatura recente. In: *Anais do XVII ENANPUR*, 2017, São Paulo.

BRENNER, N.; PECK, J.; THEODORE, N. Após a neoliberalização? *Cadernos Metrôpole*. São Paulo, v. 13, n. 26, p. 15-39, 2011.

CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 4. ed. Campinas: IE/Unicamp, 1998.

CHRISTOPHERS, B. The limits to financialization. *Dialogues in Human Geography*, v. 5, n. 2, p. 183-200, 2015.

FERREIRA, J. S. W. São Paulo: o mito da cidade-global. Tese de doutorado. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP), 2003.

FIX, M. de A. B. Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil. Tese de doutoramento. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2011.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

_____. *The Limits to Capital*. Chicago: University of Chicago Press, 1982.

JESSOP, B. *The State, Past, Present, Future*. Cambridge: Polity, 2016.

KLINK, J.; SOUZA, M. B. Financeirização: conceitos, experiências e a relevância para o campo do planejamento urbano brasileiro. *Cadernos Metrópole*. São Paulo, v. 19, n. 39, p. 379-406, 2017.

LAPAVITSAS, C. Theorizing Financialization. *Work, Employment and Society*, 25(4), p. 611-626, 2011.

MANCUSO, W. P. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001-2012) e agenda de pesquisa. *Revista de Sociologia Política*, v. 23, n. 54, p. 155-183, 2015.

MARTINS, C. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.

O'NEILL, M. M. *Rede Urbana*. Redes Geográficas – IBGE. 2008. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv47603_cap6_pt1.pdf Acesso em: 3 março 2020.

PURSELL, C. W. *The Military Industrial Complex*. New York: Harper & Row, 1972.

RIBEIRO, L. C. Q. As metrópoles e o direito à cidade na inflexão ultraliberal da ordem urbana brasileira. Texto para discussão 012 – INCT Observatório das Metrópoles. 2020. Disponível em: https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2020/01/TD-012-2020_Luiz-Cesar-Ribeiro_Final.pdf . Acesso em: 20 fev. 2020.

ROBINSON, J. Global and world cities: a view from off the map. *International Journal of Urban and Regional Research*, 26(3), p. 531-554, 2002.

ROLNIK, R. *Guerra dos lugares*. A colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTORO, P. F.; ROLNIK, R. Novas frentes de expansão do complexo imobiliário-financeiro em São Paulo. *Cadernos Metr pole*, São Paulo, v. 19, n. 39, p. 406-431, 2017.

SANTOS, B. C. dos. Interesses econômicos, representa o política e produ o legislativa no Brasil sob a  tica do financiamento de campanhas eleitorais. Tese de doutorado. Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte (MG), 2016.

SASSEN, S. *The Global City*. Princeton (NJ): Princeton University Press, 1991.

SASSEN, S. The global city: strategic site/new frontier. In: ISIN, E. (Ed.) *Democracy, Citizenship and the Global City*, p. 48-61. New York: Routledge, 2001.

TSE – Tribunal Superior Eleitoral. Repositório de dados eleitorais – Presta o de contas das elei es de 2012. 2012. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais> . Acesso em: 20 nov. 2019.

WATSON, V. Seeing from the South: refocusing urban planning on the globe’s central urban issues. *Urban Studies*, 46 (11), p. 1-17, 2007.

PARTE 4: APÊNDICE

Subsetores CNAE Formadores do Complexo Urbano-Imobiliário-Financeiro (CUIF)

Codigo CNAE	Subsetor CNAE
4110700	Incorpora�o de empreendimentos imobili�rios
4120400	Constru�o de edif�cios
4211101	Constru�o de rodovias e ferrovias

4211102	Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos
4213800	Obras de urbanização: ruas, praças e calçadas
4221901	Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica
4221902	Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica
4221903	Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica
4221904	Construção de estações e redes de telecomunicações
4221905	Manutenção de estações e redes de telecomunicações
4222701	Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
4223500	Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto
4291000	Obras portuárias, marítimas e fluviais
4292801	Montagem de estruturas metálicas
4299501	Construção de instalações esportivas e recreativas
4299599	Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente
4311801	Demolição de edifícios e outras estruturas
4311802	Preparação de canteiro e limpeza de terreno
4312600	Perfurações e sondagens
4313400	Obras de terraplenagem
4319300	Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente
4321500	Instalação e manutenção elétrica
4322301	Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
4322302	Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar

	condicionado, de ventilação e refrigeração
4322303	Instalações de sistema de prevenção contra incêndio
4329103	Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes, exceto de fabricação própria
4329104	Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos
4329105	Tratamentos térmicos, acústicos ou de vibração
4329199	Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente
4330401	Impermeabilização em obras de engenharia civil
4330402	Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material
4330403	Obras de acabamento em gesso e estuque
4330404	Serviços de pintura de edifícios em geral
4330405	Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores
4330499	Outras obras de acabamento da construção
4391600	Obras de fundações
4399101	Administração de obras
4399102	Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias
4399103	Obras de alvenaria
4399104	Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras
4399105	Perfuração e construção de poços de água
4399199	Serviços especializados para construção não especificados anteriormente

6810201	Compra e venda de imóveis próprios
6810202	Aluguel de imóveis próprios
6821801	Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis
6821802	Corretagem no aluguel de imóveis
6822600	Gestão e administração da propriedade imobiliária
7111100	Serviços de arquitetura
7112000	Serviços de engenharia
7119703	Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia
7119799	Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente
4912402	Transporte ferroviário de passageiros municipal e em região metropolitana
4912403	Transporte metroviário
4921301	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal
4921302	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal em região metropolitana
4923001	Serviço de táxi
4923002	Serviço de transporte de passageiros, locação de automóveis com motorista
4929901	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal
4929903	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal
4929999	Outros transportes rodoviários de passageiros não especificados anteriormente
4950700	Trens turísticos, teleféricos e similares
5011402	Transporte marítimo de cabotagem – passageiros

5012202	Transporte marítimo de longo curso – passageiros
5091201	Transporte por navegação de travessia, municipal
5091202	Transporte por navegação de travessia, intermunicipal
5099801	Transporte aquaviário para passeios turísticos
5099899	Outros transportes aquaviários não especificados anteriormente
5221400	Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados
5222200	Terminais rodoviários e ferroviários
5223100	Estacionamento de veículos
5229001	Serviços de apoio ao transporte por táxi, inclusive centrais de chamada
5229002	Serviços de reboque de veículos
5229099	Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente
5232000	Atividades de agenciamento marítimo
5239700	Atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificadas anteriormente
3600601	Captação, tratamento e distribuição de água
3600602	Distribuição de água por caminhões
3701100	Gestão de redes de esgoto
3702900	Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes
3811400	Coleta de resíduos não perigosos
3812200	Coleta de resíduos perigosos
3821100	Tratamento e disposição de resíduos não perigosos
3822000	Tratamento e disposição de resíduos perigosos
3900500	Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos
6421200	Bancos comerciais

6422100	Bancos múltiplos, com carteira comercial
6423900	Caixas econômicas
6431000	Bancos múltiplos, sem carteira comercial
6432800	Bancos de investimento
6433600	Bancos de desenvolvimento
6435201	Sociedades de crédito imobiliário
6435202	Associações de poupança e empréstimo
6435203	Companhias hipotecárias
6436100	Sociedades de crédito, financiamento e investimento financeiras
6461100	<i>Holdings</i> de instituições financeiras
6462000	<i>Holdings</i> de instituições não financeiras
6463800	Outras sociedades de participação, exceto <i>holdings</i>
6470101	Fundos de investimento, exceto previdenciários e imobiliários
6470102	Fundos de investimento previdenciários
6470103	Fundos de investimento imobiliários
6491300	Sociedades de fomento mercantil <i>factoring</i>
6492100	Securitização de créditos
6493000	Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos
6499901	Clubes de investimento
6499902	Sociedades de investimento
6499903	Fundo garantidor de crédito
6499904	Caixas de financiamento de corporações
6499905	Concessão de crédito pelas OSCIP
6499999	Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente
6611801	Bolsa de valores
6611802	Bolsa de mercadorias
6611803	Bolsa de mercadorias e futuros

6611804	Administração de mercados de balcão organizados
6612601	Corretoras de títulos e valores mobiliários
6612602	Distribuidoras de títulos e valores mobiliários
6612605	Agentes de investimentos em aplicações financeiras
6619303	Representações de bancos estrangeiros
6630400	Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão
4613300	Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens
4615000	Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico
4649404	Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria
4649405	Comércio atacadista de artigos de tapeçaria, persianas e cortinas
4649406	Comércio atacadista de lustres, luminárias e abajures
4662100	Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças
4674500	Comércio atacadista de cimento
4679601	Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares
4679602	Comércio atacadista de mármore e granitos
4679603	Comércio atacadista de vidros, espelhos e vitrais
4679604	Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente
4679699	Comércio atacadista de materiais de construção em geral

4744003	Comércio varejista de materiais hidráulicos
4744004	Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
4744005	Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente
4744099	Comércio varejista de materiais de construção em geral
4754701	Comércio varejista de móveis
4754702	Comércio varejista de artigos de colchoaria
4754703	Comércio varejista de artigos de iluminação
1622601	Fabricação de casas de madeira pré-fabricadas
1622699	Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção
2229303	Fabricação de artefatos de material plástico para uso na construção, exceto tubos e acessórios
2320600	Fabricação de cimento
2330302	Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção
2330303	Fabricação de artefatos de fibrocimento para uso na construção
2330304	Fabricação de casas pré-moldadas de concreto
2330305	Preparação de massa de concreto e argamassa para construção
2342701	Fabricação de azulejos e pisos
2342702	Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos
2391502	Aparelhamento de pedras para construção, exceto associado à extração
2599301	Serviços de confecção de armações metálicas para a construção

2854200	Fabricação de máquinas e equipamentos para terraplenagem, pavimentação e construção, peças e acessórios, exceto tratores
3101200	Fabricação de móveis com predominância de madeira
3102100	Fabricação de móveis com predominância de metal
3103900	Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal
3104700	Fabricação de colchões
3314717	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de terraplenagem, pavimentação e construção, exceto tratores
7711000	Locação de automóveis sem condutor
8111700	Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais
8112500	Condomínios prediais
8121400	Limpeza em prédios e em domicílios